

**EDITAL
LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 001/2021-CPL/CODEC**

1. DO PREÂMBULO

1.1. A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ - CODEC, sociedade de economia mista com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 05.416.839/0001-29, com sede à Av. Nazaré, nº 1297, bairro de Nazaré, CEP: 66.035-140, no município de Belém, Estado do Pará, torna público, para conhecimento dos interessados, que a Comissão Permanente de Licitação (CPL), designada pela Portaria nº 092/2020-RH/DAF, de 26/10/2020, publicada no Diário Oficial do Estado nº 34.386, de 26/10/2020, realizará licitação, conforme Processo Administrativo Eletrônico nº 2020/30106, tendo por critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL** e por modo de disputa o **FECHADO**, objetivando a **contratação de pessoa jurídica especializada na elaboração de projetos técnicos executivos de engenharia, urbanismo e arquitetura para a implantação do Condomínio Industrial de Lotes de Castanhal/PA**, em conformidade com as especificações constantes no Projeto Básico (**Anexo I**).

SESSÃO DE ABERTURA

O recebimento e a abertura dos envelopes da Proposta de Preço e de Documentação dar-se-ão no dia **23/02/2021 (terça-feira)**, às **09:00 HORAS (horário local)**, na **Sala de Reunião do andar térreo da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará - CODEC, sito à Avenida Nazaré, nº 1297, Nazaré, Belém, Pará, Brasil, CEP: 66.035-140.**

Informações adicionais pelo e-mail cpl@codec.pa.gov.br ou pelo telefone **(91) 98289.9872**.

1.2. A presente licitação será regida pelas condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos, pelos termos da Lei Federal nº 13.303/2016, dos Decretos Estaduais de nº 878/2008, 1.667/2016 e 2.121/2018, da Lei Complementar nº 123/2006, e subsidiariamente da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEC (disponível no sítio www.codec.pa.gov.br, na aba Downloads) e legislação correlata.

1.3. Se no dia supracitado não houver expediente, o recebimento e o início da abertura dos Envelopes de PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO serão realizados no primeiro dia útil subsequente de funcionamento da CODEC.

1.4. Todos os comunicados, decisões, notificações e esclarecimentos divulgados sobre a licitação, bem como os que lhe forem encaminhados, inclusive por meio de mensagem eletrônica (e-mail), serão publicados no site www.codec.pa.gov.br ou www.compraspara.pa.gov.br e/ou no Diário Oficial do Estado do Pará, quando exigível, cabendo ao licitante acompanhar essas informações, ficando os membros da CPL isentos de qualquer responsabilidade por falhas decorrente do não recebimento pelo Sistema Eletrônico, de quaisquer das mensagens emitidas pela CODEC.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **contratação de pessoa jurídica especializada na elaboração de projetos técnicos executivos de engenharia, urbanismo e arquitetura para a implantação do Condomínio Industrial de Lotes de Castanhal/PA**, em conformidade com as especificações constantes no Projeto Básico (**Anexo I**).

2.2. Integram este instrumento convocatório, independente de transcrição, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Projeto Básico;
- b) ANEXO II – Modelo de Credenciamento de Representante;
- c) ANEXO III – Modelo de Proposta;
- d) ANEXO IV – Modelo de Declaração de cumprimento das condições de habilitação para Microempresa (ME) e/ou Empresa de Pequeno Porte (EPP);
- e) ANEXO V – Modelo de Declaração de Inexistência de Trabalhador Menor;
- f) ANEXO VI – Modelo de Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- g) ANEXO VII – Modelo de Declaração de Idoneidade;
- h) ANEXO VIII – Modelo de Declaração de que possui em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de pessoas com deficiência;
- i) ANEXO IX – Modelo de Declaração de Visita Técnica;
- j) ANEXO X – Matriz de Riscos Contratuais;
- k) ANEXO XI – Minuta do Contrato.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar do presente certame as empresas que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, individuais ou consorciadas, nacionais ou estrangeiras em funcionamento no país, que atendam as condições desse Edital e seus anexos e, no que couber, ao Decreto Estadual nº 878/2008, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, e que estejam previamente cadastradas junto ao Sistema de Cadastramento da Secretaria de Estado de Administração do Estado do Pará – SEAD e/ou credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

3.2. **Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em Consórcio, de no máximo 02 (duas) empresas**, que possibilitará o reforço de capacidade técnica e financeira do licitante, proporcionando maior disponibilidade de equipamento e pessoal especializado e possibilitando a participação de empresas regionais com aumento na competitividade, nos termos do art. 62 do Regulamento Interno de Licitações e Contatos da CODEC.

3.2.1. O Consórcio deve ter sua constituição comprovada por meio de compromisso público ou particular, subscrito pelos consorciados. No compromisso deverão estar expressamente definidas as obrigações de cada um dos consorciados individualmente, em relação ao objeto desta licitação, bem como indicação da pessoa jurídica responsável pelo consórcio, que deverá atender às condições de liderança.

3.2.2. Na apresentação documentos de habilitação exigidos nos subitens 7.6, 7.7, 7.8 e 7.9 deste edital, por parte de cada consorciado, admitir-se-á para efeito de **qualificação técnica** (subitem 7.9), o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de **qualificação econômico-financeiro** (subitem 7.8), o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

3.2.3. O Consórcio formado exclusivamente por Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) só poderá usufruir dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2016, desde que a soma de suas receitas esteja dentro dos limites estabelecidos pelo citado diploma legal.

3.2.4. O Consórcio formado por Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP) e empresa de outro porte tributário não poderá usufruir dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2016.

3.2.5. O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do Consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem 3.2.1.

3.2.6. O faturamento correspondente às operações do Consórcio deverá ser feito em nome de cada empresa participante, mediante a emissão de nota fiscal ou faturas próprias, proporcionalmente à participação de cada uma no empreendimento.

a) Nas hipóteses autorizadas pela legislação tributária, o faturamento de que trata esse item poderá ser emitido pelo Consórcio no valor total.

b) As hipóteses de faturamento deverão estar consignadas no Instrumento de Constituição de Consórcio.

3.2.7. A empresa-líder deve ter poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente pela outra consorciada, bem como representar o Consórcio em todas as fases do presente procedimento licitatório, podendo, inclusive, interpor e desistir de recursos, firmar atas, contratos e praticar todos os atos necessários à perfeita execução de seu objeto, até o recebimento definitivo pela Administração.

3.2.8. É vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, em mais de um consórcio ou isoladamente.

3.3. As Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP) poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma da Lei Complementar nº 123/2006, devendo declarar, conforme **Anexo IV**, sob as penas da Lei, que cumprem os requisitos estabelecidos em seu art. 3º, e que estão aptas a usufruir do tratamento estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar.

3.3.1. A declaração de cumprimento das condições de habilitação para Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) deve ser apresentada à CPL no momento do credenciamento dos participantes.

3.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento dos bens a eles necessários:

3.4.1. Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

3.4.2. Empresas em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.4.3. Empresas que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que pela Administração tenham sido declaradas inidôneas, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

3.4.4. Empresas estrangeiras que não funcionem no País;

3.4.5. Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da CODEC;

3.4.6. Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

3.4.7. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

3.4.8. Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

3.4.9. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

3.4.10. Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

3.4.11. Pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o anteprojeto ou o projeto básico da licitação;

3.4.12. Pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do anteprojeto ou do projeto básico da licitação;

3.4.13. Pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.

3.4.14. Aplica-se ainda a vedação prevista neste subitem:

a) À contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

b) A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

- b.1) Dirigente de empresa pública ou sociedade de economia mista;
- b.2) Empregado da CODEC cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
- b.3) Autoridade do ente público ao qual a CODEC está vinculada.

c) Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CODEC, promotora da licitação e contratante, há menos de 6 (seis) meses.

3.5. É permitida a participação das pessoas jurídicas e da pessoa física, de que tratam os subitens 3.4.12 e 3.4.13, em licitação ou em execução de contrato, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da CODEC.

3.6. Para fins do disposto no item 3.4, considera-se participação indireta a existência de vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto básico, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

3.7. O disposto no item 3.6 aplica-se aos empregados incumbidos de levar a efeito atos e procedimentos realizados pela CODEC no curso da licitação.

3.8. A participação no presente certame implica, expressamente, para os licitantes:

3.8.1. A confirmação de que obtiveram todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento do objeto;

3.8.2. A aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos;

3.8.3. A observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

a) A apresentação de declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital e legislação pertinente.

3.9. Será permitida a subcontratação de parte do serviço objeto desta licitação, respeitado o limite de 30% do objeto contratual, deste que prévia e expressamente autorizada pela CODEC, nos termos do art. 78 da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c os artigos 213 a 227 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEC.

3.9.1. A empresa subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as mesmas exigências de qualificação técnica, econômico-financeira, regularidade jurídica e regularidade fiscal impostas ao licitante vencedor.

3.9.2. É vedada a subcontratação de empresa ou consórcio que tenha participado do procedimento licitatório do qual se originou a contratação.

3.9.3. É obrigatória, no instrumento contratual entre o Contratado e o Subcontratado, a inclusão de cláusula que expresse a prerrogativa da CODEC para o exercício do amplo acompanhamento da execução da parcela subcontratada.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. Considerando os tempos de pandemia causada pelo Coronavírus (COVID_19), cada licitante poderá participar e manifestar-se nas sessões públicas através de 01 (um) representante, devidamente credenciado, que se apresentará à CPL antes da entrega e abertura dos envelopes, devendo ainda, identificar-se com documento de identidade oficial ou outro equivalente, que contenha foto.

4.2. Considera-se documento para fins de credenciamento:

4.2.1. Para o representante legal: o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se, de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

4.2.2. Para o procurador: procuração por instrumento público ou particular, esta última com firma reconhecida, da qual constem poderes específicos para participar de licitações, apresentar propostas, formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame licitatório, acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados no subitem anterior, que comprove os poderes do mandante para a outorga;

4.2.3. Em ambos os casos, é necessária a apresentação de credencial ou autorização, em papel timbrado da licitante, com carimbo e assinatura simples do representante legal, referindo-se expressamente ao Edital objeto desta licitação, conforme modelo constante no **Anexo II**;

4.2.4. Os documentos exigidos para o credenciamento poderão ser apresentados em original, cópias autenticadas, publicação em órgão da imprensa oficial ou cópias simples, desde que autenticadas pela CPL, à vista do original. Não será aceito qualquer protocolo em substituição aos documentos solicitados, nem aqueles apresentados através de e-mail, fax ou telex.

4.3. A ausência de representação ou a incorreção de quaisquer documentos referidos neste item, não inabilitará a licitante, mas obstará o representante de se manifestar e responder pela mesma no transcurso dos procedimentos.

4.4. O credenciamento será conferido pela CPL a cada sessão pública realizada.

4.5. Após o credenciamento, será declarada, pela Presidente da CPL, a abertura da sessão e não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

5. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

5.1. A Proposta de Preço e os Documentos de Habilitação serão apresentados em 02 (dois) envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados no fecho e, de preferência, opacos, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

**5.1.1. ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇO
À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CODEC
LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 001/2021
(Razão Social e Endereço da Licitante)**

**5.1.2. ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CODEC
LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 001/2021
(Razão Social e Endereço da Licitante)**

5.2. Todos os documentos e elementos contidos nos Envelopes de nº 01 e 02 deverão ser apresentados perfeitamente legíveis, ordenados, numerados e rubricados pelo representante legal do licitante ou seu procurador, sem emendas, rasuras ou repetições, encadernados de forma a não conterem folhas soltas.

5.3. Não será admitida a entrega de apenas um envelope.

5.4. Os envelopes regularmente recebidos serão rubricados pelos membros da CPL e pelos representantes credenciados para a sessão de abertura.

5.5. A entrega dos Envelopes de nº 01 e 02, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital ou seus anexos, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições neles estabelecidas.

6. DA PROPOSTA DE PREÇO

6.1. Por adotar-se o modo de disputa fechado, as propostas apresentadas pelos licitantes serão sigilosas até a data e hora designadas para que sejam divulgadas, sendo apresentadas em envelopes lacrados, abertos em sessão pública e ordenadas conforme critério de vantajosidade.

6.2. O **ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇO** deverá conter 01 (uma) via da Proposta de Preço (**Anexo III**), impressa em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigidas com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal do licitante proponente, com o seguinte conteúdo, de apresentação obrigatória:

7

- a) Indicação do número da licitação e do nome ou razão social do proponente, número do CNPJ/MF, endereço completo, telefones de contato, fax e endereço eletrônico (e-mail), bem como, dos dados bancários tais como: nome e número do Banco, agência e conta corrente do licitante para fins de pagamento;
- b) Qualificação completa do responsável pela assinatura do contrato, incluindo nome completo, números do CPF e da Carteira de Identidade, nacionalidade, estado civil, profissão, endereço pessoal completo e cargo na empresa;
- c) Descrição detalhada do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações constantes do Projeto Básico (**Anexo I**);
- d) Proposta de preços com indicação dos preços unitários e totais para cada um dos itens, em algarismo e por extenso, e valor global em algarismo e por extenso, em Real (R\$), com no máximo dois algarismos após a vírgula, já incluídos os lucros e todas as despesas incidentes, essenciais para o fornecimento do objeto desta licitação;
- e) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão de abertura da licitação e recebimento dos envelopes;
- f) Declaração de que o preço proposto inclui **todos** os custos diretos e indiretos, tais como: materiais, fornecimentos de certidões e documentos, equipamentos, mão-de-obra, encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, despesas administrativas, transportes, seguros, lucro, entre outros, em especial, custos relativos a atividades fora da comarca sede da Contratante, como viagens, estadias, transportes, alimentação e outros que se fizerem necessários;
- f.1) A inadimplência da licitante/contratada, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Estado do Pará, nem poderá onerar o objeto desta licitação, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Administração Estadual;
- f.2) Quaisquer tributos, despesas e custos omitidos ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, ainda que não tenham causado a desclassificação da proposta por preço inexequível. Nestes casos, a Administração não deferirá pedidos de acréscimo, devendo a licitante vencedora prestar os serviços sem ônus adicionais.
- g) Declaração de que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente.

6.3. Serão incluídos obrigatoriamente no Envelope de nº 01 (Proposta de Preço), devidamente preenchidos, os seguintes documentos/anexos:

6.3.1. Planilha Orçamentária Detalhada para execução do objeto contratado;

6.3.2. Cronograma Físico-Financeiro, considerando os prazos definidos no Projeto Básico (**Anexo I**) para execução das etapas do objeto contratado.

6.4. As licitantes poderão realizar as adequações que entenderem necessárias na Planilha Orçamentária para melhor demonstrarem a composição de seus custos, segundo a Equipe Técnica que tenham montado para execução dos serviços licitados e as avaliações que tenham feito durante a Visita Técnica.

7. DA HABILITAÇÃO DOS LICITANTES

7.1. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, cópias autenticadas, publicação em órgão da imprensa oficial ou cópias simples, desde que autenticadas pela CPL, à vista do original. Não será aceito qualquer protocolo em substituição aos documentos de habilitação solicitados, nem aqueles apresentados através de e-mail, fax ou telex.

7.1.1. A não apresentação de qualquer um dos documentos de habilitação exigidos acarretará a inabilitação da licitante.

7.2. Para fins de habilitação, a verificação da autenticidade das certidões nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores, constitui meio legal de prova da entidade promotora do certame.

7.3. Todos os documentos deverão estar em nome da matriz, se o licitante participar do certame por sua matriz, e em nome da filial, se o licitante participar do certame por sua filial.

7.3.1. Caso o fornecimento do objeto da licitação se dê por filial, o licitante que participou por sua matriz deverá apresentar todos os documentos de habilitação relativos à matriz e à filial, comprovando a regularidade fiscal, trabalhista, jurídica, econômico-financeira e técnica de ambas.

7.4. Caso os documentos de habilitação, exigidos para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) estejam vencidos, será dado o prazo estabelecido da Lei Complementar n.º 123/2006, em conformidade com os artigos 42 e 43.

7.4.1. A não-regularização da documentação, no prazo previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais e regulamentares previstas, sendo facultado à CODEC convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.5. O ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverá conter 01 (uma) via dos documentos abaixo relacionados, que deverão ser apresentados pelas participantes mesmo que estejam com restrições:

7.6. REGULARIDADE JURÍDICA:

a) Cédula de Identidade do representante legal da licitante ou cópia do passaporte com visto que permita atuar profissionalmente no Brasil, no caso de estrangeiro;

- b) Comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (registro comercial), no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme a respectiva natureza;
- d) Documento de eleição dos administradores, procuração ou ata de assembleia que outorgou poderes ao(s) representante(s), no caso dessa atribuição e dos dados pessoais do(s) representante(s) que não constarem do estatuto ou contrato social;
- e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;
- f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- g) Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz (conforme **Anexo V**);
- h) Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, de que a mesma não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado (conforme **Anexo VI**);
- i) Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, de que a mesma não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público (conforme **Anexo VII**).
- j) Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, de que possui em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de pessoas com deficiência, (conforme **Anexo VIII**).

7.7. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do representante legal e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Pública Estadual da sede da licitante, mediante a apresentação da Certidão de Débito Tributário e Não Tributário;

- e) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado e do Município, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame, bem como, o Alvará de Funcionamento da Sede da Instituição;
- f) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, através da Certidão de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), negativa ou equivalente;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, instituída pela Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

7.7.1. A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

7.8. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial da empresa, expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica, ou certidão negativa de insolvência civil expedida no domicílio da pessoa física, emitida nos últimos 06 (seis) meses e válida:

b.1) As empresas em recuperação judicial ficam dispensadas da apresentação da certidão acima, desde que, por força da indisponibilidade do interesse público, demonstrem nesta fase a sua capacidade econômica e financeira através da apresentação da **Certidão de Objeto e Pé** emitida pelo juízo, devidamente acompanhada do **Plano de Recuperação Judicial aprovado pelos credores** e correspondente **homologação do Juízo competente**.

- c) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

7.8.1. A comprovação exigida no item anterior deverá ser feita da seguinte forma:

- a) No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado/ Distrito Federal ou, se houver, do Município da sede da empresa;
- b) No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial.

7.8.2. O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira:

Sendo,

LG = Liquidez Geral – superior a 1
SG = Solvência Geral – superior a 1
LC = Liquidez Corrente – superior a 1

$LG = (AC+RLP) / (PC+PNC)$
 $SG = AT / (PC+PNC)$
 $LC = AC / PC$

Onde: AC = Ativo Circulante
RLP = Realizável a Longo Prazo
PC = Passivo Circulante
PNC = Passivo não Circulante
AT = Ativo Total

7.8.3. A empresa que apresentar resultado igual ou menor do que 01 (um) em quaisquer dos índices acima referidos deverá comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor cumulativo do contrato a ser celebrados pelo licitante, como dado objetivo de qualificação econômico-financeira.

7.8.4. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

7.9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Certidão de Registro e Quitação da Empresa Licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), onde conste a área de atuação compatível com a elaboração de laudos de avaliação de imóveis, emitida pelo conselho da jurisdição da sede da licitante;

b) Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física, do Responsável Técnico da Empresa, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), da jurisdição do domicílio do profissional, em nome do profissional, onde conste atribuição compatível com o objeto licitado, qual seja, a elaboração de projetos técnicos executivos de engenharia, urbanismo e arquitetura, válida na data da abertura da licitação;

c) Apresentação de, no mínimo, 5 (cinco) Atestados de Capacidade Técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado e/ou certificado e/ou averbado no órgão/conselho competentes, acompanhado das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT), que comprovem que a licitante executou os serviços de elaboração de projetos técnicos executivos de engenharia, urbanismo e arquitetura, compatíveis com o objeto licitado;

d) Declaração com indicação dos profissionais de nível superior que comporão a Equipe Técnica e executarão o objeto contratado, contendo, no mínimo as seguintes informações:

d.1) Nome completo;

d.2) Formação de nível superior;

d.3) Número do Registro ou Inscrição no CREA e/ou CAU e/ou Conselho e/ou Órgão de Classe competente;

d.4) Natureza da relação profissional com a empresa licitante (por exemplo: sócio, empregado, prestador de serviços, subcontratado, etc.);

e) Declaração individual, dos profissionais indicados na alínea “d”, acima, na qual ele(s) autoriza(m) sua(s) inclusão(ões) na equipe técnica e sua(s) participação(ões) na execução dos trabalhos, devidamente assinada pelo profissional e pela empresa licitante;

f) Comprovação do vínculo dos profissionais indicados na alínea “d” com a empresa Licitante, mediante a apresentação de declaração de contratação futura, ou cópia de contrato de trabalho, ou carteira de trabalho ou ficha de registro de emprego; contrato social da empresa, caso seja sócio, ou documento equivalente; ou ainda Certidão de Registro e Quitação expedida pelo CREA e/ou CAU, no caso dos responsáveis técnicos;

g) Declaração de Visita Técnica, conforme Anexo IX, e/ou Declaração de que conhece as condições locais para a execução do objeto, comprovando que recebeu todas as peças relativas à licitação, instrumento convocatório e anexos, e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assinada por seu(s) representante(s) legal(is) e seu(s) responsável(is) técnico(s), caso estes não sejam a mesma pessoa.

g.1) A Visita Técnica Orientada deverá ser feita pelo responsável técnico habilitado da licitante, indicado na alínea “b” deste subitem, acompanhado por representante(s) da CODEC;

g.2) A empresa licitante deverá confirmar previamente sua participação junto à Comissão Permanente de Licitação (CPL) da CODEC à realização das **Visitas Técnicas Orientadas**, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, através dos telefones: (91) 98289.9872 e/ou 99222.2323, horário comercial de 8h30min às 14h;

g.3) A Visita Técnica Orientada pela CODEC ocorrerá no seguinte dia, horário, e local de encontro com a Equipe da CODEC, conforme abaixo:

g.3.1) Condomínio Industrial de Lotes de Castanhal: dia 19/02/2021 (sexta-feira); às 10:00 horas; Local de Encontro: Posto Pombal II, localizado na BR-316, Km 60, Apeú, Castanhal (PA).

g.4) Não serão aceitas Declarações de Dispensa de Vistoria.

7.9.1. A não apresentação de qualquer um dos documentos de habilitação exigidos ou a apresentação em desacordo com este edital acarretará a inabilitação da Licitante.

7.9.2. Sob pena de inabilitação, terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão até a data de abertura do certame, todos os documentos apresentados pelos Licitantes que não contiverem em seu texto a data de validade estabelecida.

7.9.3. Para fins de habilitação, a verificação da autenticidade das certidões nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores, constitui meio legal de prova da entidade promotora do certame.

7.9.4. Todos os documentos deverão estar em nome da matriz, se o Licitante participar do certame por sua matriz, e em nome da filial, se o Licitante participar do certame por sua filial.

7.9.5. Caso a execução e/ou o fornecimento do objeto da licitação se dê por filial, o Licitante que participou por sua matriz deverá apresentar todos os documentos de habilitação relativos à matriz e à filial, comprovando a regularidade fiscal, trabalhista, jurídica, econômico-financeira e técnica de ambas.

7.9.6. Os Atestados de Capacidade Técnica deverão ser originais e emitidos em papel timbrado das pessoas jurídicas, públicas ou privadas, que os expediram, admitidas cópias autenticadas ou conferidas com o original pela CPL.

7.9.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos de habilitação exigidos neste edital, a CPL poderá ainda suspender a sessão pública, informando aos presentes o novo dia, data e horário para sua continuidade.

7.9.8. Serão sanados pela CPL, através de informações ou diligências requeridas, quaisquer erros evidenciados como meramente formais.

7.9.9. Os documentos apresentados ficarão anexados ao processo, com vista franqueada aos interessados, sendo vedada a sua retirada ou substituição dos autos.

8. DAS INTERPRETAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

8.1. Os licitantes arcarão com todos os custos associados à elaboração e apresentação de sua Proposta e a Administração, em caso algum, será responsável ou sujeita a esses custos independentemente do resultado do processo de licitação.

8.2. Quaisquer dúvidas de caráter técnico, formal ou legal destes documentos de licitação serão dirimidas pela CPL, que poderá solicitar auxílio aos demais setores da CODEC.

8.3. Os pedidos de esclarecimento sobre quaisquer elementos somente serão atendidos quando solicitados por escrito até **03 (três) dias úteis anteriores** à data estabelecida para a entrega dos envelopes à CPL.

9. DO PROCEDIMENTO

9.1. No local, data e hora estabelecidos no preâmbulo deste ato convocatório, a CPL receberá, de uma só vez, os Envelopes de nº 01 e 02, referidos no item 5 deste Edital. Todos

os envelopes serão verificados e rubricados pelos membros da Comissão e pelos representantes dos licitantes presentes.

9.2. Depois de ultrapassado o horário estabelecido para o recebimento dos envelopes, nenhum outro documento será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos preliminares relativos às propostas ou documentação apresentadas.

9.3. Proceder-se-á a abertura dos Envelopes de nº 01 – PROPOSTA DE PREÇO, na presença dos licitantes e, a partir daí, somente ao licitante com representante regularmente credenciado será permitida qualquer participação ativa no processo licitatório. O conteúdo desses envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes.

9.4. Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar as propostas apresentadas, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se.

9.5. Ocorrendo a hipótese prevista no subitem anterior, todos os documentos já rubricados e os Envelopes de nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (os quais deverão estar rubricados externamente, por todos os participantes e pelos membros da Comissão), ficarão em poder da CPL até que sejam julgadas as propostas apresentadas.

9.6. A Comissão de Licitação verificará a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório quanto ao objeto e ao preço.

9.6.1. A análise e classificação das Propostas de Preços será feita em conformidade com o disposto nos itens 6 (DA PROPOSTA DE PREÇO) e 10 (DO JULGAMENTO) deste Edital.

9.6.2. Serão imediatamente desclassificados, mediante decisão motivada, os licitantes cujas propostas não estejam em conformidade com os requisitos constantes no Item 6 (DA PROPOSTA DE PREÇO), ou apresentá-la com vícios ou defeitos.

9.7. A Comissão analisará e classificará as propostas por ordem decrescente de vantajosidade.

9.8. Na data e hora previamente estabelecidas, desde que não seja possível, por ocasião da sessão inicial, consoante o disposto no subitem 9.4, a Comissão apresentará aos presentes o resultado do julgamento quanto à fase de análise e classificação das propostas.

9.9. Em ato contínuo, a Comissão passará à abertura do Envelope de nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO do licitante classificado em 1º lugar, devendo o conteúdo dos mesmos ser rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes credenciados.

9.9.1. Caso o licitante, em análise, seja considerando inabilitado, por não atender as exigências do item 7 (DA HABILITAÇÃO DOS LICITANTES), a CPL passará à análise dos

documentos de habilitação dos próximos licitantes, conforme ordem de classificação, e assim sucessivamente.

9.10. Após a fase de habilitação, não cabe desistência da PROPOSTA, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela CPL, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

9.11. Será declarado vencedor pela Comissão, o licitante que possuir a melhor classificação e for considerado habilitado.

9.12. Havendo intenção de recurso de qualquer licitante quanto às decisões da Comissão, nas fases de análise e classificação das propostas e/ou de habilitação, a CPL manterá em seu poder todos os Envelopes de nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ainda não abertos, até o término do prazo hábil de apresentação das razões e, se for o caso, das contrarrazões dos recursos.

9.13. Não havendo qualquer recurso no prazo legal, ou após o julgamento dos recursos interpostos, ou, ainda, havendo expressa desistência dos licitantes em recorrer das decisões da Comissão, a CPL procederá à devolução dos Envelopes de nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO não abertos aos licitantes presentes ou aos seus representantes credenciados.

9.14. As sessões públicas desta licitação serão lavradas em atas, que mencionarão todas as empresas participantes, propostas apresentadas, reclamações feitas ou recursos interpostos por qualquer dos licitantes e demais ocorrências que interessem ao julgamento da licitação. As atas serão assinadas pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes credenciados.

9.15. A CPL, nas fases de apresentação e julgamento das propostas e de habilitação, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise da documentação das propostas e de habilitação, devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo pela CPL estipulado, contado do recebimento da convocação.

10. DO JULGAMENTO

10.1. A CPL desclassificará a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

10.2. As propostas consideradas adequadas aos termos desta licitação serão verificadas quanto aos erros aritméticos, na sua computação ou em seu somatório. Os erros serão corrigidos pela CPL da seguinte maneira:

a) Se existir discrepância entre os valores em algarismo e por extenso, esses últimos prevalecerão;

b) Se existir discrepância entre o preço unitário e o valor total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá a menos que, na opinião da CPL, exista um erro grosseiro e óbvio de pontuação decimal no preço unitário. Neste caso, o valor total cotado prevalecerá e o preço unitário será corrigido; e,

c) Nos casos em que houver uma discrepância entre o valor da soma de parcelas indicado na proposta e o valor somado pela CPL das mesmas parcelas, prevalecerá o último.

10.3. O valor estabelecido na Proposta será ajustado pela CPL de acordo com o procedimento acima para a correção de erros e, deverá ser considerado como aceito. Se a licitante não aceitar a correção do valor da Proposta de Preço, esta será rejeitada e a licitante, desclassificada.

10.4. Para fins de julgamento, o valor da proposta, passará a ser aquele encontrado após as correções da CPL, quer seja este para mais ou para menos do valor da Proposta.

10.5. A CPL, dada a complexidade dos elementos deste objeto, poderá utilizar assessoramento técnico e específico na área de competência que se efetivará através de parecer que integrará o processo.

10.6. Será desclassificada a proposta que:

10.6.1. Contenha vícios insanáveis e omissões ou que apresente irregularidades ou falhas capazes de dificultar o julgamento;

10.6.2. Descumpra especificações técnicas constantes neste instrumento convocatório e seus anexos, inclusive erratas e/ou esclarecimentos que porventura sejam emitidas pela CPL;

10.6.3. Apresente preços manifestamente inexequíveis;

a) Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

10.6.4. Se encontre acima do orçamento estimado para a contratação, mesmo após a divulgação do valor estimado para contratação e/ou negociação com a Comissão, conforme a sequência de fases adotadas na licitação;

10.6.5. Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela CODEC;

a) A CPL poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, podendo ser adotado, dentre outros, os procedimentos enumerados no art. 44, § 1º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEC.

10.6.6. Apresente desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível o seu saneamento antes da adjudicação do objeto, resguardado o tratamento isonômico entre os licitantes.

10.6.7. Nas licitações de obras e serviços de engenharia, a economicidade da proposta será aferida com base nos custos globais e unitários, considerando-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) o valor do orçamento estimado pela CODEC; ou,
- b) Valor do orçamento estimado pela CODEC.

10.7. Em caso de empate entre propostas serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os seguintes critérios de desempate:

- a) Disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento;
- b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;
- c) Os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei Federal nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e no art. 3º, §2º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- d) Sorteio: feito em ato público, mediante prévia comunicação formal do dia, hora e local aos licitantes participantes.

10.8. Aplica-se a esta licitação o disposto nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, referentes à participação de Microempresa (ME) e de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

10.8.1. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, consideram-se empate aquelas situações em que a proposta apresentada pela Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) seja igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada.

10.8.2. Nas situações descritas no subitem anterior, a Microempresa (ME) ou a Empresa de Pequeno Porte (EPP) que apresentou proposta mais vantajosa poderá apresentar nova proposta de preço inferior à proposta mais bem classificada.

10.8.3. Caso não seja apresentada a nova proposta de que trata o subitem anterior, as demais Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) licitantes, com propostas até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, serão convidadas a exercer o mesmo direito, conforme a ordem de vantajosidade de suas propostas.

10.9. Nas licitações em que, após o exercício de preferência de que trata o item 10.8, esteja configurado empate em primeiro lugar, será observado o disposto nos itens seguintes.

10.10. Confirmada a efetividade do lance ou proposta que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento, ou a que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação de outra que tenha obtido colocação superior, **cabará negociação com o licitante detentor da melhor proposta**, objetivando condições mais vantajosas à CODEC.

10.10.1. A fase da negociação será o momento em que o preço estimado será divulgado para os licitantes, uma vez que este procedimento licitatório adota o sigilo do orçamento estimado.

10.10.2. Quando o preço do primeiro colocado permanecer acima do orçamento estimado, este será desclassificado e será realizada negociação com os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação.

10.10.3. Se, após a negociação com os demais licitantes, conforme mencionado no subitem anterior, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, a licitação deverá ser revogada ou declarada fracassada, conforme previsão expressa do art. 57, § 3º da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, observando o disposto no art. 61, § 5º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEC.

10.10.4. A decisão de não oportunizar a negociação deve ser motivada pela CPL.

10.10.5. Em hipótese alguma a negociação poderá ser utilizada com o fim de corrigir erros no Projeto Básico ou modificar a natureza do objeto licitado.

10.10.6. A critério da CPL, a sessão pública poderá ser suspensa pelo prazo de até 02 (dois) dias úteis para que o licitante apresente resposta final sobre os termos propostos pela CODEC na negociação.

10.11. A CPL poderá, a qualquer momento, solicitar aos licitantes a composição de preços unitários, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessário para melhor análise de suas propostas.

10.12. Não se admitirá proposta que apresentar alternativa de preços.

10.13. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10.14. Atendidas as condições fixadas neste edital, será considerado vencedor, o licitante cuja proposta resultar no **Menor Preço Global**.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

11.1. Qualquer cidadão é parte legítima para solicitar esclarecimentos e providências sobre este edital, desde que encaminhe sua demanda com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis, antes da data fixada para a Sessão de Abertura desta licitação, pelo e-mail: **cpl@codec.pa.gov.br**.

11.2. No prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a Sessão de Abertura, qualquer pessoa poderá impugnar este ato convocatório, **exclusivamente por escrito**, devendo dar entrada da sua petição com suas razões, **obrigatoriamente, através do e-mail cpl@codec.pa.gov.br**.

11.2.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital de licitação perante à CODEC, o licitante que não o fizer no prazo acima estipulado.

11.2.2. A CODEC não considerará quaisquer documentos apresentados intempestivamente ou por qualquer outra forma ou meios de encaminhamento.

11.3. Caberá à CPL, auxiliada pela área técnica responsável, decidir, motivadamente, sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas anteriores à Sessão de Abertura.

11.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos e providências não têm efeito suspensivo.

11.5. Qualquer modificação neste Edital exigirá divulgação pelos mesmos meios de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

11.6. Das decisões da CPL caberá recurso, por escrito e devidamente fundamentado dirigido ao Presidente da CODEC, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicidade da decisão.

11.6.1. O recurso previsto neste subitem obedecerá às mesmas regras de apresentação estabelecidas no subitem 11.2.

11.6.2. Recebido o recurso, a CPL poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, ou fazê-lo subir, devidamente instruído, à autoridade competente, que decidirá em 10 (dez) dias úteis, contados de seu recebimento.

11.7. A licitante que injustificadamente e sem fundamento, recorrer da decisão da CPL quer através de recurso administrativo à autoridade superior, quer por ação judicial, fica ciente que em sendo seu pleito indeferido será acionada judicialmente a fim de reparar os danos causados à Administração Pública pela sua ação procrastinatória.

12. DOS RECURSOS

12.1. Este procedimento licitatório terá **fase recursal única**, aberta após a declaração do licitante vencedor e abrangendo o ato de julgamento da habilitação, além daqueles praticados em decorrência do julgamento das propostas ou lances e da verificação da sua efetividade.

12.2. Poderá o licitante, ao final da etapa indicada no subitem anterior, manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, sendo registrado em Ata a síntese das suas razões de recorrer.

12.3. A falta de manifestação imediata e motivada de interpor recurso, importará na decadência do direito de recurso e prosseguimento nas fases subsequentes.

12.4. Os recursos poderão ser apresentados no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicidade do ato em meio eletrônico ou da lavratura da ata da sessão, se presentes todos os licitantes.

12.5. Cientes os demais licitantes da manifesta intenção de recorrer por parte de algum dos participantes, ficam desde logo intimados a apresentarem contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias úteis, que começará imediatamente após o encerramento do prazo recursal.

12.6. O recurso será dirigido à CPL, a qual apreciará sua admissibilidade, cabendo a esta reconsiderar ou não sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis e fazê-lo subir à segunda instância administrativa, devidamente instruído, devendo a decisão final ser proferida dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do seu recebimento.

12.6.1. Qualquer recurso contra a decisão da CPL terá efeito suspensivo, e seu provimento implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6.2. É assegurado aos licitantes obter vista dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, ressalvadas as informações confidenciais ou protegidas por algum tipo de sigilo.

12.6.3. A decisão definitiva do Presidente da CODEC sobre o recurso interposto será proferida antes da adjudicação e homologação do procedimento.

12.7. Depois de decididos todos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Presidente da CODEC poderá adjudicar e homologar o procedimento licitatório, determinando a contratação da licitante vencedora, salvo nas hipóteses de revogação ou anulação da licitação.

13. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO DO LICITANTE VENCEDOR

13.1. Não havendo intenção de recurso após o encerramento da verificação da efetividade das propostas, abrangendo os atos decorrentes do julgamento, a CPL encaminhará o processo à Diretoria Jurídica da CODEC para análise e parecer e, após, ao Presidente da CODEC para adjudicação do objeto à licitante declarada vencedora e homologação do certame.

13.2. Caso haja recurso contra a decisão final da licitação, a adjudicação e a homologação do certame serão realizadas pelo Presidente da CODEC após julgamento definitivo do recurso interposto.

13.3. Após a homologação da licitação, o licitante vencedor será convocado para assinar o contrato no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento da convocação formalizada e nas condições estabelecidas.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO VALOR ESTIMADO

14.1. Os recursos financeiros necessários para atender as despesas decorrentes desta licitação constam do orçamento da CODEC, estando livres, não comprometidos e disponíveis na seguinte dotação orçamentária: Funcional Programática 700201.22.661.1498.7655; Elemento de Despesa: 409051; Fonte: 0261 e 0661.

14.2. Para a execução dos serviços objeto deste Edital, o **valor estimado** previamente pela CODEC será **sigiloso até a Fase de Negociação**, quando será divulgado aos participantes.

15. DA CONTRATAÇÃO

15.1. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por contrato (**Anexo XI**), que será assinado pelos representantes legais da CODEC e da licitante vencedora.

15.2. A licitante vencedora terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da ciência da convocação, para assinar o contrato, do qual fará parte integrante, independente de transcrição, o Edital, seus anexos, a proposta e demais documentos apresentados pela licitante vencedora.

15.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, 01 (uma) vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CODEC.

15.3. As condições de habilitação consignadas neste Edital e seus anexos deverão ser mantidas pelo licitante durante toda a vigência do contrato.

15.4. O Contrato resultante da presente licitação só terá validade depois de assinado pelo representante da CODEC e terá eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Pará.

15.5. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se o licitante vencedor mantém as condições de habilitação.

15.6. Quando o licitante convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital.

16. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

16.1. O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses consecutivos, contados a partir da assinatura do contrato.

16.2. A Diretoria competente emitirá a Ordem de Serviço em até 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Estado do Pará.

16.3. A Ordem de Serviço definirá o prazo execução e término dos serviços demandados, conforme o grau de complexidade e de acordo com as definições no Projeto Básico e no Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela Contratada e aprovado pela CODEC.

16.4. Os prazos de vigência e execução poderão ser prorrogados mediante solicitação expressa da Contratada, devidamente justificada e aceita pela CODEC, nos termos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEC.

16.5. A Contratada terá 03 (três) dias úteis para iniciar a execução dos serviços demandados, após o regular recebimento da Ordem de Serviço.

17. DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1. A Contratada prestará até o ato de assinatura do contrato, Garantia Contratual no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global contratado, considerando o grande vulto, as complexidades técnicas e a natureza dos serviços de engenharia.

17.1.1. A não apresentação da garantia no ato da assinatura do contrato, impedirá o vencedor do certame de assiná-lo, devendo a CODEC viabilizar a contratação com os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação.

17.2. A Contratada optará por uma das seguintes modalidades de garantia:

17.2.1. Caução em dinheiro;

17.2.2. Seguro-garantia;

17.2.3. Fiança bancária.

17.3. Os depósitos das cauções em dinheiro serão efetuados junto ao Banco do Estado do Pará - BANPARÁ, na forma da legislação específica.

17.4. O seguro-garantia será feito mediante entrega da competente apólice emitida por entidade seguradora em funcionamento no País, e em nome da CODEC, cobrindo o risco de quebra do contrato, pelo prazo da duração do contrato.

17.5. A fiança bancária será, a critério da Contratada, fornecida por um banco localizado no Brasil, pelo prazo da duração do contrato.

17.6. A garantia prestada deverá ser atualizada sempre que houver alteração do valor contratual ou do prazo, bem como quando da aplicação do reajuste, quando concedido, ressalvado o previsto no art. 176, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEC.

17.6.1. A Contratada providenciará a atualização e/ou a prorrogação da Garantia Contratual, independente de notificação da CODEC, sob pena de rescisão contratual.

17.7. A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída em até 60 (sessenta) dias, após a execução do contrato, com recebimento Definitivo dos Produtos, devendo ser atualizada monetariamente na hipótese de caução em dinheiro.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantidos os direitos do contraditório e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a CODEC, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, garantida a prévia defesa, poderão ser aplicadas à Contratada as seguintes sanções:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa, na forma prevista no contrato;

18.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CODEC, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

18.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CODEC ou cobrada judicialmente.

18.4. As sanções previstas nos subitens 18.2.1 e 18.2.3 poderão ser aplicadas com a multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

18.5. A sanção prevista no subitem 18.2.3, poderá também ser aplicada à Contratada que:

18.5.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.5.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.5.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CODEC, em virtude de atos ilícitos praticados.

18.6. A aplicação das penalidades aqui mencionadas respeitará em tudo as formalidades legais que regem esta licitação, em especial os procedimentos previstos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEC.

19. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

19.1. O contrato será controlado e fiscalizado com vistas a garantir o atendimento dos direitos e obrigações pactuados, assim como o cumprimento da legislação pertinente.

19.1.1. O contrato será acompanhado e fiscalizado por empregado da CODEC podendo ainda ser determinado, a critério exclusivo da CODEC, prestador técnico especializado que comprove a experiência necessária para esse fim.

19.1.2. A CODEC designará formalmente o Fiscal do contrato e seu substituto.

19.2. Em caso de descumprimento das obrigações contratuais, inclusive aquelas relacionadas ao cumprimento do Código de Ética, manutenção de sigilo e vedação à corrupção, o Fiscal do contrato deverá registrar a ocorrência e adotar as devidas providências, solicitando as correções por parte da Contratada, sem prejuízo da instauração de processo administrativo para eventual aplicação de sanções.

19.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas necessárias e convenientes.

19.4. É competência do Fiscal do contrato, dentre outras previstas no Manual de Fiscalização da CODEC:

19.4.1. Acompanhar e fiscalizar os aspectos administrativos do contrato, promovendo a plena execução das atividades programadas no Projeto Básico, em todo caso garantindo a execução do objeto contratual;

19.4.2. Observar o efetivo cumprimento das cláusulas contratuais, assegurando o adimplemento e a excelência no atendimento aos requisitos técnicos e de qualidade nas obrigações contratuais;

19.4.3. Avaliar a qualidade dos serviços realizados e dos produtos entregues, de acordo com os critérios definidos no Projeto Básico ou no contrato celebrado;

19.4.4. Assegurar a correta aplicação dos recursos financeiros a cargo da CODEC;

19.4.5. Emitir o termo de recebimento provisório ou definitivo do objeto do contrato;

19.4.6. Receber documentos relativos ao contrato, respondendo ou encaminhando à autoridade competente para as providências cabíveis;

19.4.7. Elaborar o Relatório de Fiscalização Administrativa referente ao período de prestação do serviço, quando solicitado;

19.4.8. Encaminhar ao Diretor da área demandante a documentação pertinente para formalização dos procedimentos que envolvam prorrogação, alteração, pagamento, reajuste, repactuação, reequilíbrio, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

19.4.9. Registrar as faltas cometidas pela Contratada, acompanhando a correção e a readequação das mesmas quanto à documentação e outros aspectos administrativos do contrato;

a) O Fiscal emitirá relatório com todas as ocorrências e deficiências porventura existentes na prestação dos serviços e encaminhará a cópia ao Gabinete para a imediata correção das irregularidades apontadas.

19.4.10. Comunicar ao Diretor responsável as situações que exigirem decisões e providências definitivas;

19.4.11. Efetuar glosas de medições por serviços e produtos inadequados ou mal executados, provocando a instauração de processo administrativo com o objetivo de apurar responsabilidade ou prejuízo resultante de erro ou vício na execução do contrato ou de promover alteração contratual, especialmente no caso de solução adotada em projeto inadequado, desatualizado tecnologicamente ou inapropriado ao local específico;

19.4.12. Identificar a necessidade de modificar ou adequar a forma de execução do objeto contratado; e,

19.4.13. Atestar a plena execução do objeto contratado.

19.5. Caberá ainda ao Fiscal do contrato, notificar a Contratada, por escrito, pela ocorrência de eventuais imperfeições na execução do serviço, fixando prazo razoável para sua correção.

19.6. A ação de fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

20. DA MATRIZ DE RISCOS CONTRATUAIS

20.1. Matriz de Riscos é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o Contratante e a Contratada e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

20.2. O termo risco foi designado neste certame para designar o resultado objetivo da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento, aleatório, futuro e o impacto resultante, caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como uma atividade de ocorrência de um determinado evento que gere provável prejuízo econômico.

20.3. A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Riscos Contratuais, **Anexo X** deste Edital.

20.4. A Contratada não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à Contratante, conforme estabelecido na Matriz de Riscos Contratuais, **Anexo X** deste Edital.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem a documentação de habilitação e/ou elaborarem proposta de preço relativa ao presente Edital.

21.2. As empresas licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, das propostas e dos documentos apresentados em qualquer época ou fase da licitação.

21.3. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no art. 81, § 1º, da Lei nº 13.303/2016.

21.4. O Presidente da CODEC poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, nos termos do art. 62 da Lei nº 13.303/2016.

21.5. Todos os prazos estabelecidos neste Edital, salvo os expressos em contrário, serão contados de forma consecutiva, excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento.

21.6. As ambiguidades e os casos omissos do presente Edital serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, observando-se rigorosamente a legislação vigente.

21.7. O Foro da Justiça Estadual da Comarca de Belém é o competente para dirimir as questões e controvérsias decorrentes desta licitação, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

21.8. Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica a aceitação plena das condições estipuladas neste Edital, decaindo o direito de impugnar os seus termos a licitante que, tendo-o aceito sem objeção vier, após o julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades que o viciem.

21.9. A CPL prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, de 08:00 às 14:00, na Av. Nazaré, nº 1297, bairro Nazaré, Belém, Pará, ou pelo telefone: (91) 98289.9872 ou, ainda, pelo e-mail: cpl@codec.pa.gov.br.

Belém (PA), 28 de janeiro de 2021.

LUTFALA DE CASTRO BITAR
Presidente da CODEC

Jacelis Cristine Aguiar Borges
Presidente da CPL

27

PROCESSO Nº 2020/30106 – EDITAL DA LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 001/2021-CODEC
Av. Nazaré, nº 1297, Nazaré - CEP: 66.035-140 - Fone: (91) 98289.9872
CNPJ/MF nº 05.416.839/0001-29 / cpl@codec.pa.gov.br
Belém – Pará – Brasil

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

Elaboração de projetos técnicos executivos de engenharia, urbanismo e arquitetura para a implantação do Condomínio Industrial de Lotes de Castanhal/PA.

IMPLANTAÇÃO DO CONDOMÍNIO INDUSTRIAL DE LOTES DE CASTANHAL

I – Introdução do Condomínio Industrial de Lotes de Castanhal	29
II – Objetivo Geral do Condomínio Industrial de Lotes de Castanhal	29
III – Projeto Arquitetônico do Bloco Administrativo e Social do Condomínio Industrial de Lotes de Castanhal	29
IV – Projeto de Estruturação Viária do Condomínio Industrial de Lotes de Castanhal	35
V – Qualificação	41
VI – Supervisão	41

I – INTRODUÇÃO

1. O presente Termo de Referência é um instrumento de guia e controle da elaboração de estudos e projetos técnicos executivos de Engenharia, Urbanismo e Arquitetura para a implantação do Condomínio Industrial de Lotes de Castanhal. Aqui estão fixadas as diretrizes para a contratação de serviços técnicos específicos, destinados à identificação, qualificação, quantificação e orientação para a construção das obras necessárias à implantação do referido Condomínio.
2. Para elaboração das propostas de intervenção na implantação do Condomínio Industrial de Lotes de Castanhal, destacamos dois eixos principais: **o primeiro trata da inclusão do fator humano, através do Projeto Arquitetônico de um Bloco Administrativo e Social e o segundo trata do arranjo físico e infraestrutura horizontal, através do Projeto de Estruturação Viária e do Masterplan (Parcelamento e Zoneamento).**
3. A proposta do eixo vertical consiste em construir um espaço para administração e convivência, apoiado por diversos serviços de atendimento a pessoas, que se encontram distantes do centro de Castanhal. Dentre os serviços que serão ofertados, destacam-se: atendimento médico, bancos (autoatendimento), recreação, cultura e outros, que serão detalhados no Projeto Arquitetônico definido por este Termo de Referência.
4. O eixo horizontal de intervenção deve ser concebido no sentido de resolver as questões relativas ao arranjo físico do sistema viário e instalações de apoio. O eixo horizontal de intervenção trata da localização de estabelecimentos industriais dispostos estrategicamente por tipo de atividade de modo a minimizar os impactos causados pelos resíduos sólidos, líquidos e gasosos, ruídos, vibrações, emanações e radiações e da aplicação de métodos adequados de controle e tratamento de efluentes, nos termos da legislação vigente.

II – OBJETIVO GERAL

1. A Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (CODEC) pretende contratar empresa de engenharia e/ou arquitetura para elaboração de projetos técnicos, básicos e executivos de engenharia, urbanismo e arquitetura para a implantação do Condomínio Industrial de Lotes de Castanhal, com área total de 143,04 hectares, dividido em duas grandes áreas em lados opostos da Rodovia PA-136, Km 5,00, mediante duas incorporações a serem feitas de forma individual no registro imobiliário de cada imóvel.
2. Para suporte e informações técnicas sobre os elementos objeto dos projetos executivos, estão disponíveis para consulta, conforme relação de anexos a este Termo de Referência, informações estruturais para o desenvolvimento dos projetos, tais como plantas e mapas do Condomínio Industrial de Lotes de Castanhal, certidões de registro imobiliário, além de bibliografia com práticas e normas técnicas indicadas.

III – PROJETO ARQUITETÔNICO DO BLOCO ADMINISTRATIVO E SOCIAL

1. Objetivo:

- 1.1. Estabelecer as diretrizes gerais para a elaboração de projetos técnicos executivos engenharia, arquitetura e urbanismo para a construção de equipamento de uso comum, com um pavimento, para abrigar o **Bloco Administrativo e Social** do Condomínio Industrial de Lotes de Castanhal.

2. Abrangência:

2.1. Para os estritos efeitos desta prática, serão adotados os seguintes parâmetros:

2.1.1. A edificação em questão deve localizar-se em área estimada de 2.348,00m² no terreno que compõe a reserva institucional do Condomínio Industrial de Lotes de Castanhal ao lado oeste e leste.

2.1.2. Sua localização precisa deve ser indicada e georreferenciada em mapa em escala compatível (1:10.000). Deve permitir acesso através da Via Principal, componente do Sistema Viário local.

2.1.3. A localização indicada deve ser aprovada por técnicos designados pela CODEC, que buscarão garantir o pleno uso dos espaços criados. Estes deverão constituir, pela própria localização no complexo, contraponto entre o Condomínio e o núcleo urbano de Castanhal.

2.1.4. O local indicado deve ser terreno seco e firme, estrategicamente localizado para potencializar seu uso. A edificação deve levar em conta a necessidade de acesso universal, facilitado para todos com a eliminação de barreiras de deslocamento, dispondo de acesso visual pleno a partir da via principal.

2.1.5. A edificação será projetada com um único pavimento, que deve abrigar as principais atividades programadas. O empreendimento será guarnecido em seu entorno por equipamentos urbanos ao ar livre, compatíveis com sua destinação.

2.2. Para a elaboração dos projetos a CODEC propõe o seguinte **programa de necessidades**:

A – PARA O PAVILHÃO EDIFICADO:

Auditório para 100 (cem) lugares	200 m ²
Sala para restaurante	150 m ²
Sala para atendimento médico ambulatorial com banheiro privativo	25 m ²
Consultório médico com wc privativo (01un)	30 m ²
Preparo para recebimento de equipamentos hospitalares eletromecânicos	55 m ²
Consultório odontológico com wc privativo (01un)	20 m ²
Sala de espera para os consultórios médico, odontológico e ambulatorial	30 m ²
Administração (salas de trabalho, reunião, sala de espera, outros)	80 m ²
Áreas para serviços de apoio (copa, dml, banheiros para funcionários, etc)	50 m ²
Banheiros públicos, com vestiários (feminino e masculino), uso universal	60 m ²
Circulações	100 m ²
Área construída total	800,00 m²

B – PARA AS ÁREAS EXTERNAS DE APOIO:

Praça ajardinada	850 m ²
Pórtico de Entrada	208 m ²
Estacionamento	490 m ²
Área construída total	1.548 m²

2.2.1 O programa de necessidades ora apresentado serve de referência mínima para a elaboração do projeto de arquitetura. Está, porém, sujeito à avaliação por parte dos projetistas no sentido de se adequar harmonicamente às quantificações e ambientes propostos. Essa avaliação deve ser submetida à aprovação do técnico designado pela CODEC para supervisionar a elaboração dos projetos.

3. Metodologia, Etapas e Atividades:

3.1. Os projetos para a construção do **Bloco Administrativo e Social** do Condomínio Industrial de Lotes de Castanhal serão elaborados em três etapas: **Estudo Preliminar, Projeto Básico e Projeto Executivo**, tendo como ponto de partida o programa de necessidades aqui proposto.

3.2. A seguir, a descrição sucinta de cada uma dessas etapas:

3.3. ESTUDO PRELIMINAR

3.3.1. O Estudo Preliminar produzirá a melhor solução que responda ao programa de necessidades sob os aspectos legal, técnico, econômico e ambiental do empreendimento.

3.3.2. Além de estudos e desenhos que demonstrem sua viabilidade técnica, o Estudo Preliminar contará com um relatório justificativo, contendo a descrição e a avaliação da alternativa selecionada, suas características, critérios e parâmetros utilizados, demandas atendidas e pré-dimensionamentos previstos.

3.3.3. Sua apresentação demandará aprovação expressa por parte da contratante, como condição para que se passe à etapa seguinte.

3.4. PROJETO BÁSICO

3.4.1. O Projeto Básico demonstrará a viabilidade técnica e o adequado tratamento conferido ao programa de necessidades, e deverá possibilitar:

- a) A avaliação do custo dos serviços e obras objeto do empreendimento;
- b) A definição de métodos construtivos e prazos de execução da obra, com indicação das interferências entre os sistemas componentes da edificação.

3.4.2. Além dos desenhos que representem tecnicamente a solução aprovada no estudo preliminar, o Projeto Básico disporá de um relatório técnico contendo memorial descritivo dos sistemas, critérios e parâmetros utilizados no dimensionamento dos sistemas e componentes do Estudo Preliminar.

3.4.3. O Projeto Básico conterá os mesmos elementos gráficos do Estudo Preliminar, bem como os itens descritos da Lei de Licitações e Contratos, com especial atenção para o fornecimento do orçamento detalhado da construção dos serviços e obras.

3.4.4. O orçamento será fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos perfeitamente especificados, e com indicações necessárias à fixação dos prazos de execução.

3.4.5. A apresentação do Projeto Básico demandará aprovação expressa por parte da contratante, como condição para que se passe à etapa seguinte.

3.5. PROJETO EXECUTIVO

3.5.1. Esta etapa consiste na representação completa do **Projeto de Arquitetura do Bloco Administrativo e Social**. O Projeto Executivo deverá conter, de forma clara e precisa, todos os detalhes construtivos e indicações que representem todos os elementos construtivos elaborados com base no Projeto Básico aprovado, necessários à perfeita interpretação para a execução dos serviços e obras, incluindo o orçamento detalhado, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos perfeitamente especificados, e indicações necessárias à fixação dos prazos de execução.

3.5.2. O Projeto Executivo deverá estar representado graficamente por desenhos de plantas, cortes, fachadas e ampliações de áreas molhadas ou especiais, em escala conveniente, e em tamanho de papel que permita fácil manuseio na obra.

3.5.3. Sua apresentação demandará aprovação final expressa por parte da contratante.

4. Produtos:

4.1. Deverão estar graficamente representadas, como produto final para cada um dos terrenos existentes:

A – A IMPLANTAÇÃO DO EDIFÍCIO, onde constem:

- a.1)** a orientação da planta com a indicação do Norte verdadeiro ou magnético e as diretrizes da implantação;
- a.2)** a representação do terreno, com as características planialtimétricas, compreendendo medidas e ângulos dos lados e curvas de nível, e localização de árvores, postes, hidrantes e outros elementos já construídos ou existentes;
- a.3)** as áreas de corte e aterro, com a localização e indicação da inclinação de taludes e arrimos;
- a.4)** os RNs do levantamento topográfico;
- a.5)** os eixos das paredes externas das edificações, cotados em relação à referência preestabelecida e bem identificada;
- a.6)** as cotas de nível do terrapleno das edificações e dos pontos significativos das áreas externas (calçadas, acessos, patamares, rampas e outros);
- a.7)** a localização dos elementos externos, construídos, como estacionamento, praça, construções auxiliares e outros.

B – O EDIFÍCIO, compreendendo:

- b.1)** plantas do pavimento, com destino e medidas internas de todos os compartimentos, espessura de paredes, material e tipo de acabamento, e indicações de cortes, elevações, ampliações e detalhes;
- b.2)** dimensões e cotas relativas de todas as aberturas, vãos de portas e janelas;
- b.3)** escoamento das águas, a posição das calhas, condutores e beirais, reservatórios, “domus”, rufos e demais elementos, inclusive tipo de impermeabilização, juntas de dilatação, aberturas e equipamentos, sempre com indicação de material e demais informações necessárias;
- b.4)** todas as elevações indicando aberturas e materiais de acabamento;
- b.5)** cortes das edificações onde fique demonstrado o pé direito dos compartimentos, alturas das paredes e barras impermeáveis, altura de platibandas, cotas de nível de escadas e patamares, cotas de piso acabado, tudo sempre com indicação clara dos respectivos materiais de execução e acabamento;
- b.6)** impermeabilização de paredes e outros elementos de proteção contra a umidade;
- b.7)** ampliações, se for o caso, de áreas molhadas ou especiais, com indicação de equipamentos e aparelhos hidráulicos sanitários, indicando seu tipo e detalhes necessários;

- b.8)** esquadrias, o material componente, o tipo de vidro, fechaduras, fechos, dobradiças, o acabamento e o movimento das peças, sejam horizontais ou verticais;
- b.9)** todos os detalhes que se fizerem necessários para a perfeita compreensão da obra a executar, como coberturas, peças de concreto aparente, escadas, bancadas, balcões e outros planos de trabalho e todos os arremates necessários.
- b.10)** os projetos complementares: hidrossanitário, elétrico, rede lógica, estrutural e fundações.

C – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR, consistindo em:

- c.1)** caderno de especificações técnicas;
- c.2)** planilha orçamentária;
- c.3)** memorial descritivo.

5. Forma de Apresentação:

5.1. O produto resultante do Projeto Executivo deverá assim ser apresentado no que pertence a cada terreno, uma vez que tratam de dois terrenos em matrículas distintas:

1 – Memorial descritivo.	formato A4
2 – Especificações técnicas.	formato A4
3 – Planilha orçamentária e CPU'S	formato A4
4 – Projeto Arquitetônico e Urbanístico.	escala mínima de 1:50 ou
4.1 – Planta de localização e implantação.	escala de 1:50 ou adequada
4.2 – Planta de cobertura.	escala de 1:50 ou adequada
4.3 – Plantas de detalhes construtivos.	escala de 1:50 ou adequada
4.4 – Cortes longitudinais e transversais.	escala de 1:50 ou adequada
4.5 – Elevações frontais, laterais e posteriores.	escala de 1:50 ou adequada
4.6 – Detalhes de áreas molhadas.	escala de 1:20 ou 1:25
4.7 – Detalhes de escadas, rampas e outros.	escala de 1:20 ou 1:25
4.8 – Detalhes de esquadrias.	escala de 1:20 ou 1:25
5 – Projeto de Fundação (com todos anexos, inclusive Sondagem).	escala de 1:50
6 – Projeto Estrutural (com todos anexos).	escala de 1:50 ou adequada
7 – Projeto Elétrico p/ vias e prédios (com todos anexos).	escala de 1:50 ou adequada
8 – Projeto Hidráulico, Sanitário e Pluvial (com todos anexos).	escala de 1:50 ou adequada
9 – Projeto de prevenção e combate a incêndio.	escala de 1:50 ou adequada
10 – Aprovação dos projetos nos órgãos competentes.	
11 – Projeto de Climatização.	escala de 1:50 ou adequada
12 – Levantamento Planialtimétrico e georreferenciamento.	escala de 1:50 ou adequada
13 – Projeto ETA (Estação de tratamento de água).	escala de 1:50 ou adequada
14 – Projeto ETE (Estação de tratamento de efluentes) para doméstico e industrial.	escala de 1:50 ou adequada
15 – Projeto de contingenciamento	
16 – Estudos e projetos de emissário para corte de resíduo industrial.	
17 – Nota de serviço (com todos anexos), e memorial de cálculo.	
18 – Dois jogos do projeto impresso registrado e carimbado no CREA e aprovados nos órgãos competentes.	

19 – A.R.T. quitada.

20 – Uma cópia do projeto gravado em disco ótico (CD-ROM).

5.2. Os desenhos e documentos deverão conter no mínimo as seguintes informações:

- a) identificação do contratante que assumirá a obra;
- b) identificação da contratada e do autor do projeto: nome registro profissional e assinatura;
- c) identificação da edificação: nome e localização geográfica;
- d) identificação do projeto: etapa do projeto, área técnica e codificação;
- e) identificação do documento: título data de emissão e número de revisão;
- f) demais dados pertinentes.

6. Prazos:

6.1. Os prazos são definidos de acordo com cada etapa de projeto, como a seguir:

- a) **Estudo Preliminar:** 15 (quinze) dias úteis, mais 5 (cinco) dias para revisão e aprovação.
- b) **Projeto Básico:** 30 (trinta) dias úteis, mais 5 (cinco) dias para revisão e aprovação.
- c) **Projeto Executivo:** 30 (trinta) dias úteis, mais 5 (cinco) para revisão e aprovação.

7. Elementos Disponíveis e Fontes de Referência:

7.1. Estão disponíveis os seguintes desenhos:

7.1.1. Mapa dos terrenos destinados ao Condomínio Industrial de Lotes de Castanhal.

7.2. Relação das normas técnicas brasileiras principais, das áreas de conhecimento envolvidas diretamente com a produção dos projetos para o Condomínio Industrial de Lotes de Castanhal, no âmbito da ABNT.

- NBR 6122 (1996) Projeto e execução de fundações.
- NBR 13707 (1996) Projeto de revestimento de paredes e estruturas com placas de rocha.
- NBR 24 (1965) Instalações hidráulicas prediais contra incêndio sob comando.
- NBR 5410 (1990) Instalações elétricas de baixa tensão.
- NBR 5419 (1970) Proteção de estruturas contra descargas elétricas atmosféricas.
- NBR 5626 (1980) Instalações prediais de água fria.
- NBR 8160 (1983) Instalações prediais de esgoto sanitário.
- NBR 9077 (1983) Saídas de emergência em edifícios.
- NBR 9050 (1983) Adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa deficiente.
- NBR 8039 (1983) Projeto e execução de telhados com telhas cerâmicas.
- NBR 7199 (1988) Projeto, execução e aplicações de vidros na construção civil.
- NBR 6492 (1994) Representação de projetos de arquitetura.
- NBR 6506 (1973) Uso do solo no planejamento urbano.
- NBR 13532 (1995) Elaboração de projetos de edificações - arquitetura
- NBR 13531 (1995) Elaboração de projetos de edificações - atividades técnicas.
- NBR 10152 (2017) Níveis de ruído para conforto acústico.
- NBR 13133 (1994) Execução de levantamento topográfico - Procedimento.
- NBR 12722 (1992) Discriminação de serviços técnicos para construção de edifícios.
- NBR 8044 (1982) Projeto geotécnico.
- NBR 10067 (1985) Princípios gerais de representação em desenho técnico - Procedimento.
- NBR 10068 (1987) Folha de desenho - Leiaute e dimensões – Padronização.

34

PROCESSO Nº 2020/30106 – EDITAL DA LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 001/2021-CODEC

Av. Nazaré, nº 1297, Nazaré - CEP: 66.035-140 - Fone: (91) 98289.9872

CNPJ/MF nº 05.416.839/0001-29 / cpl@codec.pa.gov.br

Belém – Pará – Brasil

- NBR 12519 (1994) Símbolos gráficos de elementos de símbolos, símbolos qualificativos e outros símbolos de aplicação geral – Simbologia.
- NBR 12520 (1994) Símbolos gráficos de condutores e dispositivos de conexão – Simbologia.
- NBR 12523 (1994) Símbolos gráficos de equipamentos de manobra e controle e de dispositivos de proteção – Simbologia.
- NBR 12524 (1994) Símbolos gráficos de usinas geradoras, subestações e linhas para sistemas energéticos e para sistemas de telecomunicação.
- NBR 9284 (1985) Equipamento urbano.
- NBR 9283 (1985) Mobiliário urbano.
- NBR NM 49 (2001) Agregado miúdo - Determinação de impurezas orgânicas em agregado miúdo destinado ao preparo do concreto. Projeto e execução de obras de concreto simples.
- NBR 5679 (1977) Elaboração de projetos de obras de engenharia e arquitetura.
- NBR 6401 (1987) Instalações centrais de ar condicionado para conforto – parâmetros básicos de projetos.

7.3. Além das NBR's já mencionadas, a elaboração dos projetos deverá atender também às seguintes normas:

7.3.1. Práticas de projeto, construção e manutenção de Edifícios Públicos Federais

7.3.2. Normas da ABNT e do IMETRO.

7.3.3. Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos.

7.3.4. Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA/CONFEA.

IV – PROJETO URBANÍSTICO DE ESTRUTURAÇÃO VIÁRIA

1. Objetivo:

1.1. Estabelecer as diretrizes gerais para a elaboração de projetos técnicos executivos engenharia, arquitetura e urbanismo para Zoneamento e Malha Viária da área do Condomínio Industrial de Lotes de Castanhal, envolvendo os dois terrenos que se encontram em lados opostos da PA-136, Km 5,00.

2. Abrangência:

2.1. Para os estritos efeitos desta Prática, serão adotados os seguintes parâmetros:

2.1.1. Masterplan – Parcelamento e Zoneamento. O objetivo do Masterplan é definir uma proposta do projeto global, em todos os aspectos significativos, implantação, programa, arquitetura, urbanização e paisagem, que permita a compreensão do produto final e sua apresentação para o cliente do loteamento.

a) A área em questão localiza-se dentro do polígono destinado à implantação do Condomínio Industrial de Lotes de Castanhal e está dimensionada em 143,04 hectares, divididos em duas áreas de lados opostos, separados pela PA-136, Km 5,00. Sua localização precisa está indicada e georreferenciada.

b) O zoneamento do Condomínio deverá priorizar os segmentos industriais de maior interesse para o Estado, para a região e o município de Castanhal. O zoneamento que será feito pela contratada é um instrumento através do qual a área do condomínio Industrial de Lotes de Castanhal, composta por duas grandes áreas de terras, que serão divididas em lotes sobre os quais incidem diretrizes diferenciadas para o uso e a ocupação do solo (área), especialmente os índices urbanísticos. O tamanho de cada lote no loteamento urbanístico da área deverá se adequar à necessidade das empresas por segmento, de acordo com seu zoneamento e não deverá conflitar com os dispositivos do Plano Diretor e do Código de Posturas do Município.

2.2. O Condomínio Industrial de Lotes de Castanhal será composto juridicamente por 2 incorporações e deverá dispor de um sistema viário compatível com suas finalidades, composto de vias estruturantes e secundárias de modo a assegurar acesso a todos os lotes, combinando uma inteligente distribuição da malha com o melhor nível de conforto. Sugere-se a seguinte denominação para as vias:

2.2.1. VP – Vias Principais com faixa de domínio de 30,00m, canteiro central, faixas de pedestres e ciclovias.

2.2.2. VS – Vias Secundárias - com faixa de domínio de 20,00m.

2.3. Todas as vias devem receber pavimento compatível com o uso a que se destinarem. Considerar a possibilidade de uso do Pavimento Inter travado.

2.4. Para os estritos efeitos desta Prática, são adotadas as seguintes definições:

2.4.1. Para dar continuidade ao planejamento inicial do Sistema Viário, deve-se produzir desenho definitivo para as vias do sistema, considerando em projeto as seguintes orientações:

a) para melhor definição da área de abrangência dos projetos será fornecido em anexo planta geral produzida pela CODEC indicando a área de implantação (ver mapa geral do complexo);

b) todas as vias devem ser detalhadas de acordo com sua especificidade, a saber:

b.1) vias principais (30,00m) com pistas duplas e canteiro central, ciclovia, calçada, rotatória, estacionamentos estratégicos e áreas de segurança;

b.2) vias secundárias com duplo sentido sem canteiros centrais, com ciclovia, calçada e com áreas de segurança (com 20,00 m de largura);

c) avaliação técnica da construção de obras de arte para segurança das vias, compatibilizadas com o desenho final do projeto;

d) nos desenhos devem figurar:

d.1.) a orientação da planta com a indicação do Norte verdadeiro ou magnético e as geratrizes da implantação;

d.2) a representação do terreno, com as características planialtimétricas, compreendendo medidas e ângulos dos lados e curvas de nível;

d.3) as áreas de corte e aterro, com a localização e indicação da inclinação de taludes e arrimos.

e) é fundamental ter conhecimento do tipo de veículos que circularão na área bem como o volume de tráfego, e uma estimativa de veículos a estacionar;

f) o projeto de sistema viário deve ser elaborado em concordância com os projetos de terraplenagem, pavimentação, comunicação visual, águas pluviais e drenagem e demais redes de infraestrutura, de maneira a harmonizá-los entre si.

2.5. Condomínio

2.5.1. O projeto urbanístico deve considerar que o espaço será fracionado em lotes no âmbito de dois condomínios industriais de lotes, que se submeterão às regras e princípios previstos no Código Civil (art. 1331 a 1358-A, CC) e, no que couber, à Lei nº 4.591/64, que já impõe ao incorporador (CODEC), os deveres prévios a serem observados para a aprovação e registro, no cartório competente, do memorial de incorporação e a possibilidade de comercialização dos lotes de terrenos urbanos (v.g. arts. 31 e 32), incluindo o registro da convenção e obedecendo, no que couber, a Lei nº 6.766/79 e Lei nº

13.465/17, devendo o prestador deste serviço fornecer e adequar toda a documentação que for necessária para fins de registro da incorporação de cada condomínio junto ao cartório, uma vez que, por tratarem-se de matrículas distintas, deverá ser feito o registro de incorporação do condomínio individualmente.

2.5.2. O programa de necessidades, ora apresentado, serve de referência mínima para a elaboração do projeto do Sistema Viário. Está, porém, sujeito à avaliação por parte dos projetistas no sentido de se adequar harmonicamente às soluções de traçado visualizadas ao longo da produção dos projetos. Essa avaliação deve ser submetida à aprovação do técnico designado pela CODEC, para supervisionar a elaboração dos projetos preliminares.

3. Metodologia, Etapas e Atividades:

3.1. O Projeto Urbanístico do Condomínio Industrial de Lotes de Castanhal será elaborado em três etapas sucessivas – **Estudo Preliminar, Projeto Básico e Projeto Executivo** – tendo como ponto partida o programa de necessidades proposto.

3.2. A seguir, a descrição sucinta dessas etapas:

3.3. ESTUDO PRELIMINAR:

3.3.1. Com base nas informações e documentos que integram este Termo de Referência (plantas, mapas, fotografias, etc), em levantamento topográfico, geotécnicos e em visitas técnicas ao local da obra, na fase de Estudo Preliminar será produzida (em forma de desenhos de plantas e perfis e pré-dimensionamento dos componentes principais do conjunto de vias), a consolidação de definições preliminares resultante do cotejo de alternativas de solução, considerados parâmetros técnicos, econômicos e paisagísticos.

3.3.2. Além de estudos e desenhos que assegurem a viabilidade técnica, o estudo preliminar contará com relatório justificativo, que exporá a descrição e avaliação da alternativa selecionada, suas características, critérios e parâmetros utilizados, demandas atendidas e pré-dimensionamentos previstos.

3.3.3. Sua apresentação demandará aprovação expressa por parte da contratante, como condição para que se passe à etapa seguinte.

3.4. PROJETO BÁSICO:

3.4.1. O Projeto Básico demonstrará a viabilidade técnica e o adequado tratamento conferido ao programa de necessidades ou a abrangência, e deverá possibilitar:

- a) a avaliação do custo dos serviços e obras objeto do empreendimento tendo como base;
- 1) Projeto Básico geométrico do traçado aprovado no estudo preliminar;
 - 2) Projeto Básico de interseções e retornos;
 - 3) Projeto Básico de terraplenagem e pavimentação;
 - 4) Projeto Básico de drenagem;
 - 5) Projeto Básico de sinalização;
 - 6) Projeto Básico de obras complementares (cercas e defensas metálicas);
 - 7) Projeto Básico de paisagismo;
 - 8) Projeto Básico de obras de artes especiais (ponte e viaduto);
 - 9) Plano Básico de execução da obra;
 - 10) E outros necessários.

b) a definição de métodos construtivos e prazos de execução da obra, com indicação das interferências entre os sistemas componentes do projeto.

3.4.2. Além dos desenhos que representem tecnicamente a solução aprovada no estudo preliminar, o Projeto Básico disporá de um relatório técnico contendo memorial descritivo dos sistemas, critérios e parâmetros utilizados no dimensionamento dos sistemas e componentes do Estudo Preliminar.

3.4.3. O Projeto Básico conterá os mesmos elementos gráficos do Estudo Preliminar, bem como os itens descritos da Lei de Licitações e Contratos, com especial atenção para o fornecimento do orçamento detalhado da construção dos serviços e obras.

3.4.4. O orçamento será fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos perfeitamente especificados, e com indicações necessárias à fixação dos prazos de execução.

3.4.5. Nesta etapa devem ser elaborados os projetos estruturais.

3.4.6. A apresentação do Projeto Básico demandará aprovação expressa por parte da contratante, como condição para que se passe à etapa seguinte.

3.5. PROJETO EXECUTIVO:

3.5.1. Esta etapa consiste na representação completa do Projeto Executivo Final do Projeto Urbanístico. O Projeto Executivo deverá conter, de forma clara e precisa, todos os detalhes construtivos e indicações que representem todos os elementos construtivos elaborados com base no Projeto Básico aprovado, necessários à perfeita interpretação para a execução dos serviços e obras, incluindo o orçamento detalhado, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos perfeitamente especificados, e indicações necessárias à fixação dos prazos de execução.

3.5.2. O Projeto Executivo deverá estar representado graficamente por desenhos de plantas, cortes e ampliações, em escala conveniente e em tamanho de papel que permita fácil manuseio na obra.

3.5.3. Sua apresentação demandará aprovação final expressa por parte da contratante.

4. Produtos:

4.1. Deverão estar graficamente representados, como produto final:

a) Estudo Preliminar:

a.1) planta geral da área do Condomínio, em escala adequada (preferencialmente 1:10.000), com a conformação e localização dos componentes do sistema viário;

a.2) plantas, perfis e seções transversais em escala adequada, com indicação da posição e dimensões das vias, canteiros, rotatórias e estacionamentos;

a.3) relatório justificativo das propostas elaboradas.

b) Projeto Básico:

b.1) plantas em escala 1:500 1:1.000, podendo, excepcionalmente, ser utilizada escala de 1:2.000, para desenhos de áreas extensas, com indicações da posição e largura das vias, acessos ao sistema viário principal, rampas e raios de curvas horizontais, posição e dimensionamento de estacionamento;

b.2) perfis em escala horizontal H = 1:500 e vertical V = 1:50, H = 1:2000 e V = 1:200, com indicação de todos os greides, rampas e raios de curvatura vertical;

- b.3)** seções do tipo e detalhes em escalas adequadas;
b.4) plantas com projeto estrutural em escala adequada; **b.5** – relatório técnico.

c) Projeto Executivo:

- c.1)** plantas em escala 1:250, 1:500 e 1:1000, com definição analítica de todos os elementos significativos do sistema viário;
c.2) perfis em escalas H = 1:250 e V = 1:25, H = 1:500 e V = 1:50, e excepcionalmente H = 1:1000 e V = 1:100, contendo também a definição analítica dos elementos significativos;
c.3) relatório técnico.

d) Documentação complementar, consistindo em:

- d.1)** caderno de especificações técnicas;
d.2) planilha orçamentária;
d.3) memorial descritivo.

4.2. Todos os detalhes que interfiram com outros sistemas deverão ser elaborados em conjunto, de forma a que resultem perfeitamente harmonizados entre si.

5. Forma de apresentação:

5.1. O produto resultante do Projeto Executivo deverá ser assim apresentado:

1 – Memorial descritivo.	formato A4
2 – Especificações técnicas.	formato A4
3 – Planilha orçamentária e CPU'S	formato A4
4 – Projeto arquitetônico e Urbanístico (Pavimentação).	escala mínima de 1:250
4.1 – Plantas de detalhes construtivos.	escala de 1:50 ou adequada
4.2 – Cortes longitudinais e transversais.	escala de 1:50 ou adequada
4.3 – Detalhes de rampas e outros.	escala conveniente
5 – Projeto de drenagem superficial e profunda e obras de arte (com todos anexos).	escala de 1:50 ou adequada
6 – Projeto de sinalização (com todos anexos).	escala de 1:50 ou adequada
7 – Projeto elétrico adequado para empresas que irão ser implantadas no condomínio Industrial de Lotes de Castanhal.	escala de 1:50 ou adequada
8 – Projeto de fundação e Projeto estrutural de pavimentos rodoviários (com todos anexos inclusive sondagem)	escala de 1:50 ou adequada
9 – Levantamento Planialtimétrico e georreferenciamento.	
10 – Projetos aprovados nos órgãos competentes.	
11 – Projeto Pórtico	escala de 1:50 ou adequada
12 – Nota de serviço (com todos anexos), memorial de cálculo.	
13 – Estudos e projetos de emissário para corte de resíduo industrial.	
14 – Dois jogos do projeto impresso registrado e carimbado no CREA e aprovados nos órgãos	

15 – A.R.T. quitada.

16 – Uma cópia do projeto gravado em disco ótico (CD-ROM)

5.2. Os desenhos e documentos deverão conter no mínimo as seguintes informações:

- a) Identificação do contratante que assumirá a obra.
- b) identificação da contratada e do autor do projeto: nome registro profissional e assinatura.
- c) identificação da edificação: nome e localização geográfica.
- d) Identificação do projeto: etapa do projeto, área técnica e codificação.
- e) Identificação do documento: título data de emissão e número de revisão.
- f) Demais dados pertinentes.

6. Prazos

6.1. Os prazos são definidos de acordo com cada etapa de projeto, como a seguir:

6.1.1. **Estudo Preliminar:** 15 (quinze) dias úteis, mais 5 (cinco) dias para revisão e aprovação.

6.1.2. **Projeto Básico:** 30 (trinta) dias úteis, mais 5 (cinco) dias para revisão e aprovação.

6.1.3. **Projeto Executivo:** 30 (trinta) dias úteis, mais 5 (cinco) dias para revisão e aprovação.

7. Elementos disponíveis e fontes de referência

7.1. Estão disponíveis os seguintes mapas, desenhos e imagens:

7.1.1. Mapa do terreno destinado ao Condomínio Industrial de Lotes de Castanhal.

a) Relação das normas técnicas brasileiras principais das áreas de conhecimento envolvidas diretamente com a produção dos projetos para o Condomínio Industrial de Lotes de Castanhal, no âmbito da ABNT.

- NBR 6492 (1994) Representação de projetos de arquitetura.
- NBR 6506 (1973) Uso do solo no planejamento urbano.
- NBR 13133 (1994) Execução de levantamento topográfico - Procedimento.
- NBR 8044 (1982) Projeto geotécnico.
- NBR 10067 (1985) Princípios gerais de representação em desenho técnico - Procedimento.
- NBR 10068 (1987) Folha de desenho - Leiaute e dimensões – Padronização.
- NBR 12519 (1994) Símbolos gráficos de elementos de símbolos, símbolos qualificativos e outros símbolos de aplicação geral – Simbologia.
- NBR 12520 (1994) Símbolos gráficos de condutores e dispositivos de conexão – Simbologia.
- NBR 12523 (1994) Símbolos gráficos de equipamentos de manobra e controle e de dispositivos de proteção – Simbologia.
- NBR 12524 (1994) Símbolos gráficos de usinas geradoras, subestações e linhas para sistemas energéticos e para sistemas de telecomunicação.
- NBR 9284 (1985) Equipamento urbano.
- NBR 9283 (1985) Mobiliário urbano.
- NBR NM 49 (2001) Agregado miúdo - Determinação de impurezas orgânicas em agregado miúdo destinado ao preparo do concreto. Projeto e execução de obras de concreto simples.

40

PROCESSO Nº 2020/30106 – EDITAL DA LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 001/2021-CODEC

Av. Nazaré, nº 1297, Nazaré - CEP: 66.035-140 - Fone: (91) 98289.9872

CNPJ/MF nº 05.416.839/0001-29 / cpl@codec.pa.gov.br

Belém – Pará – Brasil

- NBR 5679 (1977) Elaboração de projetos de obras de engenharia e arquitetura.
- b) Normas de Projeto Geométrico de Vias do DNIT e todas pertinentes ao órgão.
- 7.2. Além das normas já listadas, a elaboração dos projetos deverá atender também às seguintes normas:
 - 7.2.1. Normas da ABNT e do IMETRO.
 - 7.2.2. Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos.
 - 7.2.3. Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA CONFEA.

V – QUALIFICAÇÃO

1. Para a elaboração dos projetos, a qualificação mínima requerida à contratada é de profissionais legalmente habilitados e registrados em conselho de classe (CREA ou CAU), com formação mínima de curso universitário e experiência de no mínimo 5 (cinco) anos na produção de projetos arquitetônicos, para assegurar a execução satisfatória dos projetos assim como seu registro legal.
2. Adicionalmente como requisito de qualificação, os licitantes deverão apresentar termo de realização de visita técnica ao local, subscrito, também por servidor da CODEC, visita técnica esta, deverá ser feita em caráter obrigatório, considerando a necessidade de ter conhecimento das dificuldades que a licitante vai encontrar quando da elaboração dos projetos, principalmente no que se refere ao destino final dos efluentes, e das características peculiares do terreno, com a presença de desníveis significativos em sua topografia, dentre outros aspectos, que merecem ser observados no local e considerado na apresentação de proposta.

VI – SUPERVISÃO

1. A CODEC designará técnico para supervisionar a elaboração dos trabalhos, isto implicando a fiscalização, o acompanhamento e o apoio ao executor, orientando, revisando e discutindo documentação e projetos até sua aprovação, inclusive para fins de pagamento parcial e final.
2. A aprovação dos trabalhos apresentados ocorrerá com base parecer do supervisor técnico. O acompanhamento dos trabalhos pelo supervisor técnico se dará a qualquer momento que este julgue necessário, bastando, para isto, que ele emita solicitação expressa aos projetistas.
3. **Notas Importantes**
 - 3.1. O Projeto Executivo deverá ser concebido de forma que a contratação futura da obra seja realizada no regime de empreitada por preço global, ou seja, de forma a permitir a execução da obra por preço certo e total, devendo contemplar todos os serviços necessários à plena execução da obra.
 - 3.2. Será obrigação da contratada corrigir as plantas e desenhos dos projetos, quando houver modificação em qualquer um deles, de forma a manter a compatibilidade e integração do Projeto Executivo.

3.3. As aprovações parciais por parte da Contratante não eximem os autores das responsabilidades, dos erros ou falhas que os projetos possam conter, cabendo à contratada proceder as devidas correções, sem ônus para a Contratante.

3.4. A contratada obrigará-se a prestar as informações complementares e necessárias à elaboração do pedido para a contratação da execução do Projeto Executivo, bem como sanar eventuais dúvidas acerca dos projetos apresentados durante a execução da obra.

3.5. Será obrigação da contratada promover todos os levantamentos e estudos necessários para à elaboração do Projeto Executivo.

Eng. José Alípio Daibes de Sousa
CREA-PA nº 151507097-2

Eng. Raimundo de Almeida Wanderley
CREA: 7.891-D

ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE

(em papel timbrado da empresa)

À

Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará – CODEC

Comissão Permanente de Licitação

Licitação Presencial nº 001/2021

(Razão Social da Licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por seu representante legal Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nºe do CPF/MF nº, CREDENCIA o Sr., portador(a) da Carteira de Identidade nºe do CPF/MF nº, para participar do procedimento licitatório em epígrafe, que objetiva a **contratação de pessoa jurídica especializada na elaboração de projetos técnicos executivos de engenharia, urbanismo e arquitetura para a implantação do Condomínio Industrial de Lotes de Castanhal/PA**, em conformidade com as especificações constantes no Projeto Básico (**Anexo I**) e especificações constantes no Termo de Referência (**Anexo I**), podendo praticar todos os atos inerentes ao referido procedimento, no que diz respeito aos interesses da Representada.

(Local e Data)

(Assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

(em papel timbrado da empresa)

À

Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará – CODEC

Comissão Permanente de Licitação

Licitação Presencial nº 001/2021

DADOS DA EMPRESA OU DO CONSÓRCIO:

Razão social:

CNPJ/MF:

INSC. ESTADUAL Nº:

INSC. MUNICIPAL Nº:

Endereço completo:

Telefones de contato e/ou fax:

Endereço eletrônico (e-mail)

DADOS BANCÁRIOS:

Nome do Banco:

Número do Banco:

Agência:

Conta corrente:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome completo:

CPF/MF:

Carteira de Identidade:

Nacionalidade:

Estado civil:

Profissão:

Endereço pessoal completo

Cargo na empresa:

1. Pela presente, declaramos inteiro conhecimento e aceitação das condições estabelecidas no instrumento convocatório em epígrafe e seus anexos, bem como a obrigatoriedade do cumprimento das disposições neles contidas, assumindo o compromisso de executar os serviços nos seus termos e fornecer todos os produtos, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidade e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, caso seja necessário, promovendo, quando requerido, sua substituição.

44

PROCESSO Nº 2020/30106 – EDITAL DA LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 001/2021-CODEC

Av. Nazaré, nº 1297, Nazaré - CEP: 66.035-140 - Fone: (91) 98289.9872

CNPJ/MF nº 05.416.839/0001-29 / cpl@codec.pa.gov.br

Belém – Pará – Brasil

2. Declaramos que nos preços ofertados já estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, tais como: materiais, fornecimentos de certidões e documentos, equipamentos, mão-de-obra, encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, despesas administrativas, transportes, seguros, lucro, entre outros, em especial, custos relativos a atividades fora da comarca sede da Contratante, como viagens, estadias, transportes, alimentação e outros que se fizerem necessários para a completa execução do objeto. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que não podem ser repassados à Administração, não estão incluídos na proposta apresentada.

3. Declaramos ciência quanto ao fato de que a nossa inadimplência, enquanto contratada, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Estado do Pará, nem poderá onerar o objeto desta proposta, razão pela qual renunciamos expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Administração Pública Estadual.

4. Declaramos que quaisquer tributos, despesas e custos omitidos ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços globais propostos, e os serviços serão fornecidos sem ônus adicionais, não ocasionando acréscimos posteriores à Administração.

5. Declaramos ainda, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante/Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Licitação Presencial nº 001/2021-CPL/CODEC, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da Licitação Presencial nº 001/2021-CPL/CODEC, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da Licitação Presencial nº 001/2021-CPL/CODEC quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Licitação Presencial nº 001/2021-CPL/CODEC não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da Licitação Presencial nº 001/2021-CPL/CODEC antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Licitação Presencial nº 001/2021-CPL/CODEC não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e,

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

6. Propomos como preço global para a execução integral do objeto desta licitação referente à elaboração dos projetos técnicos executivos de engenharia, urbanismo e arquitetura para a implantação do Condomínio Industrial de Lotes de Castanhal, o valor de **R\$ xxxxxxxxx (valor por extenso)**, conforme Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro, anexos a esta proposta.

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

(Local e Data)

(Assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO
PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
(OPCIONAL NO CREDENCIAMENTO e em papel timbrado da empresa)**

À

Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará – CODEC

Comissão Permanente de Licitação

Licitação Presencial nº 001/2021

DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede à (endereço completo), neste ato representada pelo(s) diretor(es) ou sócio(s) (nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) portador(a) da CI nº e do CPF/MF nº que, sendo Microempresa (ME) / Empresa de Pequeno Porte (EPP) nos termos da legislação vigente, está apta a usufruir do tratamento diferenciado e pretende exercer o direito de preferência, na forma da Lei Complementar nº. 123/2006.

(Local e Data)

(Assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHADOR MENOR
EM CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII,
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**
(em papel timbrado da empresa)

À

Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará – CODEC
Comissão Permanente de Licitação
Licitação Presencial nº 001/2021

DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a empresa
inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede à (endereço completo),
neste ato representada pelo(s) diretor(es) ou sócio(s) (nacionalidade,
estado civil, profissão e endereço) portador(a) da CI nº e do CPF/MF nº, não
possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito anos) em trabalho
noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição
de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição
Federal de 1988.

(Local e Data)

(Assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SUA CADEIA PRODUTIVA,
EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO**

(em papel timbrado da empresa)

À

Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará – CODEC

Comissão Permanente de Licitação

Licitação Presencial nº 001/2021

DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a empresa
inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede à (endereço completo),
neste ato representada pelo(s) diretor(es) ou sócio(s) (nacionalidade,
estado civil, profissão e endereço) portador(a) da CI nº e do CPF/MF nº, NÃO
possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado,
análogo ao de escravo.

(Local e Data)

(Assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

(em papel timbrado da empresa)

À

Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará – CODEC

Comissão Permanente de Licitação

Licitação Presencial nº 001/2021

DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede à (endereço completo), neste ato representada pelo(s) diretor(es) ou sócio(s) (nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) portador(a) da CI nº e do CPF/MF nº, NÃO está sob efeitos de penalidade administrativa de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

(Local e Data)

(Assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE POSSUI EM SEU QUADRO DE EMPREGADOS UM PERCENTUAL MÍNIMO DE 5% (CINCO POR CENTO) DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(em papel timbrado da empresa)

À

Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará – CODEC
Comissão Permanente de Licitação
Licitação Presencial nº 001/2021

DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede à (endereço completo), neste ato representada pelo(s) diretor(es) ou sócio(s) (nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) portador(a) da CI nº e do CPF/MF nº, CUMPRE o disposto no artigo 28, § 6º da Constituição do Estado do Pará e possui em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de pessoas com deficiência.

(Local e Data)

(Assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

(em papel timbrado da empresa)

À

Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará – CODEC

Comissão Permanente de Licitação

Licitação Presencial nº 001/2021

DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede à (endereço completo), neste ato representada pelo(s) diretor(es) ou sócio(s) (nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) portador(a) da CI nº e do CPF/MF nº, TOMOU conhecimento dos locais aonde serão prestados os serviços objeto da licitação em epígrafe, estando plenamente consciente da infraestrutura que deverá ter à disposição.

(Local e Data)

(Assinatura e Carimbo da Empresa Visitante)

(Assinatura e Carimbo do Representante da CODEC)

Obs.: A Licitante deverá, no dia agendado para a Visita Técnica Orientada, possuir 02 (duas) vias, preenchidas e impressas, da presente Declaração para assinatura no local, quando entregará 01 (uma) das vias ao representante da CODEC.

ANEXO X**MATRIZ DE RISCOS CONTRATUAIS**
Condomínio Industrial de Lotes de Castanhal/PA

Contratação de empresa para elaboração de projetos técnico-executivos de engenharia, urbanismo e arquitetura para implantação do Condomínio Industrial de Lotes de Castanhal/PA

Riscos Técnico-Operacionais, Administrativo-Financeiros e Jurídicos.			
ITEM	RISCO	NÍVEL DE RISCO	RESPONSÁVEL
1	Necessidade de readequação técnica aos objetivos contratados.	MÉDIO	CONTRATANTE
2	Não aceite dos projetos pela Contratante.	MÉDIO	CONTRATADA
3	Atraso no cronograma.	MÉDIO	CONTRATADA
4	Atraso na execução do projeto.	BAIXO	CONTRATANTE CONTRATADA
5	Não cumprimento da legislação trabalhista pela contratada.	ALTO	CONTRATADA
6	Ações judiciais e medidas administrativas que impeçam, interrompam ou suspendam a execução do objeto.	MÉDIO	CONTRATADA
7	Falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial da Contratada.	MÉDIO	CONTRATADA
8	Ações promovidas pelos órgãos de controle (MP, TCE e outros) que possam interromper ou obstaculizar a execução/entrega do objeto.	MÉDIO	CONTRATADA CONTRATANTE
9	Responsabilização civil e/ou criminal decorrente da execução do objeto.	MÉDIO	CONTRATADA

ANEXO XI

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2021, CELEBRADO ENTRE A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ – CODEC E XXX, NA FORMA ABAIXO:

Por este instrumento de Contrato administrativo, de um lado, **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ-CODEC**, sociedade de economia mista devidamente inscrita no CNPJ-MF nº 05.416.839/0001-29, com sede nesta cidade de Belém do Pará, neste ato representado por seu Presidente **XXX**, doravante denominada **CONTRATANTE** e **XXX**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato, o qual se regerá pela Lei nº 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEC subsidiariamente à Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, e segundo as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA ORIGEM DO CONTRATO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1 O presente instrumento tem por fundamento o processo de Licitação Presencial de nº 001/2021, com modo de disputa fechado, conforme Processo Administrativo nº xxxx/xxxxx, nos termos do artigo Art. 28 da lei nº 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEC.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

2.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação dos serviços de XXXXXXX, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO REAJUSTE E REACTUAÇÃO DE PREÇOS

3.1. Os preços propostos permanecerão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da data de assinatura do presente Contrato, na forma do art. 179, I e II do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEC.

3.2. Os preços poderão ser reajustados/reactuados somente depois de decorrido o prazo estipulado no item anterior, pela variação apurada no período do índice IGP-M/FGV.

3.3. Para as reactuações subsequentes à primeira reactuação, deverá ser observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a partir da data da última reactuação.

3.4. Os reajustes ou reactuações serão precedidas de solicitação formal da CONTRATADA, acompanhada de comprobatória, nos termos do art. 180 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEC.

3.5. As reactuações a que a CONTRATADA fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do Contrato, serão objeto de preclusão com o encerramento do Contrato.

3.6. Em caso de ocorrência de deflação ou qualquer outro evento que implique redução do valor contratual, a reactuação será provocada pela CONTRATANTE, conforme art. 179, parágrafo único do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEC.

PARÁGRAFO ÚNICO: Este Contrato está sujeito à revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos dos art. 179, III e art. 180 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEC.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Os Contratos serão controlados e fiscalizados com vistas a garantir o atendimento dos direitos e obrigações pactuados, conforme Capítulo VI do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEC, estando obrigada, entre outros, à:

I- Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento;

II- Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio do colaborador **XXX**, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais/faturas e recibos para fins de pagamento;

III- Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;

IV- Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

V- Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

VI- A CONTRATANTE poderá exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que causar embaraços à fiscalização, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem conferidas;

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. O Contratado deverá cumprir fielmente as disposições previstas na legislação vigente e no Contrato, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé, cabendo-lhe, especialmente:

I- Manter os requisitos e condições de habilitação fixadas no processo de licitação ou contratação direta, informando sempre que houver alteração do Contrato Social da Empresa, através do envio de cópia do Contrato atualizado;

II- Comunicar a imposição, a si, a seus sócios e aos administradores, ou a qualquer consorciada, de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a CONTRATANTE, bem como a eventual perda dos pressupostos para a sua contratação;

III- Reparar todos os danos e prejuízos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, sem exclusão ou redução desta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Fiscal do Contrato;

IV- Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo Fiscal de Contrato ou empregado previamente designado pela CONTRATANTE;

V- Obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pela CONTRATANTE para a adequada execução do Contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais, tenham elas natureza principal ou acessória; e

VI- Designar 01 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com a CONTRATANTE, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor do CONTRATADO, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas naquele Instrumento.

VII- Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade da prestação de serviço contratada, reservando à Contratante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados;

VIII- Responsabilizar-se integralmente pela execução do serviço contratado, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos; quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e preposto, as normas do CONTRATANTE;

IX- Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;

X- Obedecer plena e fielmente às regras dispostas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA SEXTA: DA FISCALIZAÇÃO

6.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e, ainda, na alocação de todos os recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do Contrato, conforme a Lei nº 13.303/2016 e subsidiariamente o Decreto Estadual nº. 870, de 04 de outubro de 2013, estando a CONTRATADA obrigada a atender as observações de caráter técnico do fiscal, o qual está investido de plenos poderes para:

I. Conferir se o objeto entregue está de acordo com as especificações técnicas exigidas;

II. Informar ao setor responsável as ocorrências que exijam decisões e providências que ultrapassem a sua competência;

III. Atestar as notas fiscais/faturas, garantindo, assim, que os serviços foram prestados corretamente.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO

7.1. A Nota Fiscal deverá fazer referência ao número do Contrato, constando inclusive o número do telefone da empresa fornecedora.

I. No caso de devolução da Nota Fiscal, fatura ou Recibo para correção, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de reapresentação dos referidos documentos.

II. O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado após a verificação da regularidade da contratada junto a Seguridade Social – CND e ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS;

III. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Edital e do Contrato.

IV. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

V. O pagamento será efetuado mediante o processamento do documento de cobrança apresentado pela CONTRATADA, devidamente certificado por fiscal credenciado, o pagamento será realizado preferencialmente em C/C do Banco do Estado do Pará - BANPARÁ em conformidade ao Decreto Estadual nº 877, de 31 de março de 2008.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento será creditado até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, por meio de ordem bancária, devendo para isto ficar explicitado o nome da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, conforme indicado no item V desta Cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Será sustado o pagamento do evento, sem prejuízo das obrigações da CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir as especificações e cláusulas contratuais vinculadas a tal evento.

CLÁUSULA OITAVA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste Contrato constam do orçamento aprovado da CONTRATANTE para o exercício de 2018, como a seguir especificado: **PTRES: XXX; Elemento de Despesa: XXX, Fonte: XXX.**

CLÁUSULA NONA: DO PREÇO

9.1. O preço global para a execução do objeto do presente Contrato é de **R\$ XXX.**

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1. O Contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos na Lei n. 13.303/2016, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO VALOR CONTRATADO

11.1. No interesse da CONTRATANTE, o valor inicial poderá ser acrescido ou suprimido até o limite previsto no art. 81, §1º da Lei nº 13.303/2016;

11.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

11.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no item 11.1, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2. Nos termos do art. 82, da Lei nº. 13.303/2016 fica a CONTRATADA, em caso de atraso injustificado na execução do respectivo Contrato, sujeita à multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, calculada sobre 1/12 do valor do Contrato, por dia e por ocorrência (localidade/município).

12.3. Na hipótese do item anterior, decorrido o lapso de 30 (trinta) dias, a CONTRATANTE deverá manifestar-se sobre o interesse na continuidade da execução do Contrato.

12.4. Não havendo mais interesse da CONTRATANTE na execução do Contrato, total ou parcialmente, em razão do descumprimento, por parte da CONTRATADA de qualquer das condições avençadas, fica estipulada a multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, nos termos do inciso II, do artigo 83, da Lei nº. 13.303/2016.

12.5. O disposto nos itens anteriores não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeita a CONTRATADA, nos termos dos arts. 82 a 84 da Lei nº. 13.303/2016.

12.6. O valor de multa, apurado após regular procedimento administrativo, poderá, a critério da CONTRATANTE descontado dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA.

12.7. Se o valor da multa for superior ao valor devido à CONTRATADA, a diferença será cobrada administrativamente, ou judicialmente, se necessário.

12.8. A CONTRATADA ficará impedida de licitar e de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 02 (dois) anos, com fulcro no artigo 84, III da Lei nº. 13.303/2016, garantido o direito prévio do contratado e da ampla defesa,

enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, se:

- I. Comportar-se de modo inidôneo;
- II. fizer declaração falsa;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar na execução do Contrato;

12.9. Comprovado o impedimento ou reconhecida força maior devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE isentará a CONTRATADA das penalidades mencionadas;

12.10. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a CONTRATANTE poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

12.11. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

12.12. No caso de anulação do procedimento por ilegalidade, o Contrato dele decorrente será nulo, não assistindo aos licitantes qualquer indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido dos custos que tiver comprovadamente suportado até o momento da declaração de nulidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO

13.1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão.

13.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

I. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, notificando-se a contratada com a antecedência mínima de 10 (dez) dias, nos seguintes casos:

- a) O descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- c) A subcontratação do objeto contratual a quem não atenda as disposições do Capítulo VIII do Título VI do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEC.
- d) A fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e não observados os requisitos do art. 227 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEC.
- e) O desatendimento das determinações regulares do gestor e/ou do fiscal do Contrato;
- f) O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas na forma do Manual de Fiscalização de Contratos da CODEC;
- g) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- h) A dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA;

i) Razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno;

j) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

k) O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

l) O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.

II. Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

III. Judicial nos termos da legislação.

IV. A rescisão administrativa será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

V. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa nos termos do artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

14.1 A execução do Contrato, bem como os casos neles omissos, regular-se-ão pelos preceitos de direito privados, aplicando, supletivamente, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma da Lei nº. 13.303/2016 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEC.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

15.1. As obrigações do presente Contrato suspender-se-ão sempre que ocorrerem circunstâncias alheias à vontade, controle e ação das partes, causadas por motivo de força maior ou caso fortuito, na forma do Código Civil, desde que sua ocorrência seja alegada e comprovada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. Serão considerados casos fortuitos, ou de força maior, para efeito de rescisão contratual unilateral ou não aplicação de multas, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a realização da entrega do objeto do Acordo no local indicado:

I. Greve geral;

II. Interrupção dos meios normais de transportes que impeça a locomoção do pessoal;

III. Calamidade pública;

IV. Acidentes, sem culpa da CONTRATADA, que impliquem em retardamento da execução da atividade;

V. Consequências, devidamente comprovadas, de condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais e não passíveis de previsão;

VI. Eventuais atrasos decorrentes de dificuldades técnicas que venham a requerer a modificação do(s) Projeto(s) e Especificações, desde que autorizada pela CONTRATANTE; e

VII. Outros casos que se enquadrem no Parágrafo Único, do art. 393, do Código Civil Brasileiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Qualquer dos motivos acima enumerados deverá ser devidamente justificado pela CONTRATADA perante a CONTRANTE, por escrito.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Sempre que ocorrerem situações que impliquem em caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado à CONTRANTE, até 24 horas após a ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1. O prazo de execução do objeto deste Contrato inicia-se na data de sua assinatura, encerrando-se em XXX meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, conforme a necessidade da CONTRATANTE, havendo concordância entre as partes, nos termos do artigo 71 da Lei nº. 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA MATRIZ DE RISCO

17.1. A Matriz de Risco é o instrumento que tem o objetivo de definir as responsabilidades do CONTRATANTE e da CONTRATADA na execução deste contrato.

17.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCOS CONTRATUAIS – Anexo X do Edital.

17.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste quando a responsabilidade for do CONTRATANTE, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCOS CONTRATUAIS – Anexo X do Edital.

17.4. Constitui peça integrante deste contrato, independentemente de transcrição no instrumento respectivo, a Matriz de Riscos Contratuais – Anexo X do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

18.1. O presente Contrato será publicado sob forma de extrato no Diário Oficial do Estado do Pará, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data de sua assinatura, de conformidade com o que dispõe o art. 28, § 5º da Constituição Estadual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. A CONTRATADA declara neste ato ter pleno conhecimento e compreensão das especificações técnicas, dos documentos e demais condições contratuais, não podendo, pois, em nenhuma circunstância, alegar o desconhecimento dos mesmos para isentar-se de responsabilidade pela correta execução do Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DAS COMUNICAÇÕES

20.1. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA serão feitas sempre por escrito, podendo ser realizadas por fac-símile ou e-mail, desde que sejam subscritos ou assinados por quem as represente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro da cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato.

E por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas neste Contrato que, lido e achado conforme, vai assinado em 02 (duas) vias pelos representantes e testemunhas a seguir, a todo o ato presente:

Belém-Pará, XX de XX de XXXX.

Representante CODEC

Representante EMPRESA

TESTEMUNHAS:

1- _____

CPF/MFN.º _____

2- _____

CPF/MFN.º _____